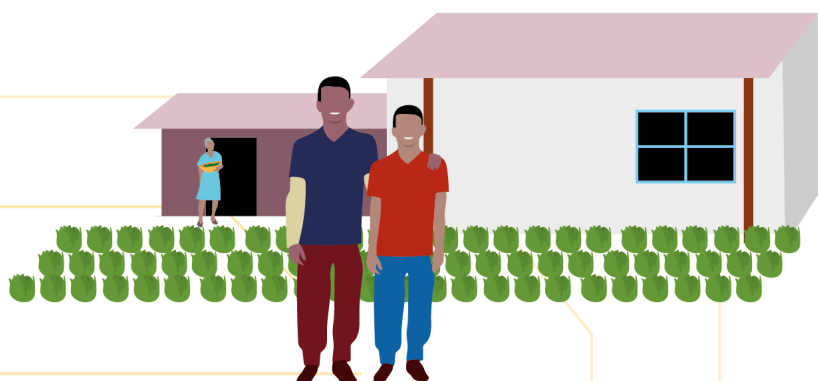


BOLETIM da Agricultura Familiar

VOLUME 1. Número 2. Setembro de 2021



Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias

Diretor-Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento

Guilherme Augusto Sanches Ribeiro

Diretor-Executivo de Gestão de Pessoas - DIGEP

Bruno Scalon Cordeiro

Diretor-Executivo Administrativo, Financeiro e de Fiscalização - DIAFI

José Ferreira da Costa Neto

Diretor-Executivo de Operações e Abastecimento - DIRAB

José Jesus Trábulo de Sousa Júnior

Diretor-Executivo de Política Agrícola e Informações - DIPAI

Sergio De Zen

Superintendente de Estudos Agroalimentares e da Sociobiodiversidade - SUEAS

Marisson de Melo Marinho

Gerente de Estudos da Agricultura Familiar e Sociobiodiversidade - GEAFS

Ênio Carlos Moura de Souza

Equipe Técnica da GEAFS

Ana Rita Lopes Farias Freddo

Florence Rios Serra

Frederico Cabral de Menezes

Humberto Lobo Pennachio

Regina Célia Gonçalves Santos

BOLETIM da **Agricultura Familiar**

VOLUME 1. Número 2. Setembro de 2021

Diretoria de Política Agrícola e Informações –Dipai

Superintendência de Estudos Agroalimentares e da
Sociobiodiversidade – SUEAS

ISSN 2763 7786

B. da Agricultura Familiar, v. 1, n. 2, Brasília, setembro 2021



Conab Companhia Nacional de Abastecimento

Copyright © 2021 - Companhia Nacional de Abastecimento - Conab
Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.
Disponível também em: <http://www.conab.gov.br>
Depósito Legal junto à Biblioteca Josué de Castro
Impresso no Brasil
ISSN: 2763-7786

O Boletim da Agricultura Familiar é uma publicação bimensal da Companhia Nacional de Abastecimento cujo objetivo é apresentar informações deste importante setor do Brasil, com temas como políticas públicas, crédito, dados cadastrais, rentabilidade, comercialização e outros.

Supervisão: Ênio Carlos Moura de Souza e Marisson de Melo Marinho

Elaboração: Ênio Carlos Moura de Souza, Ana Rita Lopes Farias Freddo, Florence Rios Serra, Humberto Lôbo Pennacchio, Regina Célia Gonçalves Santos e Frederico Cabral de Menezes

Colaboração Interna: Davi Lima, Flávia Agnelo Silva Bravo, Márcio Renan Weber Schorr, Jordano Luis Girardi, Priscila de Oliveira Rodrigues, Sued Wilma Caldas Melo.

Colaboração Externa: Taíze Carvalho Santos, Ana Braga Dorneles

Projeto gráfico: Marília Malheiro Yamashita.

Normalização: Thelma Das Graças Fernandes Sousa - CRB-1/1843

Como citar a obra:

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Boletim da Agricultura Familiar**, Brasília, DF, v. 1, n. 2, set. 2021.

Dados Internacionais de Catalogação (CIP)

C737b Companhia Nacional de Abastecimento.
 Boletim da Agricultura Familiar / Companhia Nacional de Abastecimento. -
 v.1, n 2 (2021-). – Brasília: Conab, 2021 -

Bimensal

ISSN: 2763-7786

1. Agricultura Familiar. 2. Agronegócio. I. Título.

CDU 631.115(81)(05)

Ficha catalográfica elaborada por Thelma Das Graças Fernandes Sousa CBR-1/1843

Distribuição:

Companhia Nacional de Abastecimento

SGAS Quadra 901 Bloco A Lote 69, Ed. Conab - 70390-010 – Brasília – DF (61) 3312-2246

<http://www.conab.gov.br> / sueas@conab.gov.br

Sumário

	Metodologia.....	06
	Editorial.....	07
	Artigo em destaque.....	09
	Produto em destaque.....	15
	Opinião do Produtor.....	19
	Comercialização.....	21
	Políticas Públicas.....	24
	Crédito Rural.....	35
	Sessão Extra.....	37



Esse boletim trata da análise de informações disponíveis sobre a agricultura familiar. A cada edição pretende-se abordar temas fixos e comuns a todas as edições, que retratem de forma geral a agricultura familiar naquele momento com foco em informações interessantes aos agricultores, bem como trazer temas rotativos, mais elaborados, com vistas a atender o público de gestores públicos e da academia que consomem as informações divulgadas pela Conab.

Será comum a todas as edições: (i) o **editorial**, (ii) o **artigo em destaque**, sobre temas diversos afetos a agricultura familiar, não necessariamente de caráter acadêmico, mas um texto generalista e informativo, (iii) a sessão de **produto em destaque** sob a forma de conjuntura de mercado, (iv) a **opinião do produtor** com produtores de diversas regiões do país trazendo sua visão da agricultura familiar, (v) a sessão **comercialização** trará dados de preços praticados aos principais produtos do período, (vi) na parte de **políticas públicas** serão abordados e analisados os dados de execução dos principais programas voltados aos pequenos produtores executados pela Conab, (vii) na sessão de **crédito rural**, a cada edição, será realizada uma breve análise dos dados recentes do Pronaf, PGPAF e outras modalidades de crédito, e na (viii) **sessão extra**, será abordado a cada edição um ou mais temas rotativos, conforme seja oportuno.

Público alvo:

Em primeiro lugar o público alvo são os produtores da agricultura familiar. Todavia, sabe-se que os gestores públicos e acadêmicos também são consumidores muito importantes das informações disponibilizadas pela Conab. Por isso, há uma mescla de assuntos mais objetivos que são do interesse direto do produtor (como preços) mas também existe um material mais denso que serve de debate para atores envolvidos nas cadeias produtivas também com viés de promoção de políticas e pesquisa.

Periodicidade:

Bimestral.

Divulgação:

Conab.



Após a primeira edição do Boletim da Agricultura Familiar, apresentamos a nova edição destacando inicialmente que mantemos em pé o propósito de oferecer um produto leve, como leitura fácil e com temas relevantes para agricultores e agricultoras familiares. Como uma primeira análise considera-se que, quantitativamente, a primeira edição do Boletim da Agricultura Familiar foi um sucesso. Em dois meses foram mais de 2000 downloads realizados.

Na edição de setembro, trazemos o **artigo em destaque**, que apresenta importante temática voltada para o Programa de Aquisição de Alimentos: a transversalidade e a interseccionalidade, com foco nas questões de gênero e nos povos e comunidades tradicionais (PCTs). Tal texto foi escrito pelas colaboradoras Priscila de Oliveira Rodrigues e Sued Wilma Caldas Melo, além da Pós-Graduada da Universidade de Brasília (UnB) Taíze Carvalho Santos.

Na sessão **produto em destaque**, apresenta-se um texto produzido pelos colegas da Superintendência Regional do Rio Grande do Sul, Márcio Renan Weber Schorr e Jordano Luis Girardi, onde se discute a cultura do Arroz. Embora haja uma predominância da produção vinda das grandes áreas, o arroz é importante cultura para agricultores familiares gaúchos, sendo principal cadeia produtiva em alguns municípios do estado.

A **opinião do produtor** apresenta a visão de agricultores e agricultoras familiares que seguiram suas atividades durante a pandemia de Coronavírus destacando a importância da continuidade das políticas públicas nesse período, além das dificuldades enfrentadas.

No item **comercialização**, é apresentada uma série de preços de produtos ligados as cadeias produtivas da agricultura familiar. Nessa sessão, pretende-se, no decorrer das publicações, consolidar séries históricas de produtos dos mais diversos tipos de agricultura familiar, além de fontes distintas.

Além disso, na sessão **políticas públicas** debate-se a Ação de Doação de Alimentos (ADA). O objetivo dessa ação é a distribuição gratuita de cestas de alimentos de forma complementar a outras estratégias de fomento e acesso à alimentação. Nesse caso específico, grande parte do público beneficiário são PCTs. Uma temática relevante para ser aprofundada e estudada amiúde no cenário pós pandemia.

Sobre o tema **crédito rural**, discute-se o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), seu histórico e sua aplicabilidade. O intuito principal é divulgar essa ferramenta, fazendo chegar ao agricultor que tem esse direito e não acessa por desconhecimento.

Na **sessão extra**, apresenta-se um texto da pesquisadora Ana Braga Dorneles, que trata da experiência das Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA's). Trata de um fragmento da Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade de Brasília (UnB), que buscou compreender melhor o movimento da CSA pelo mundo até sua chegada ao Brasil e

em Brasília. É uma temática que tem despertado interesse acadêmico e suscitando novos desafios, questionamentos e limitações, o que é característico daquilo que é novo. Portanto, é preciso que mais pessoas conheçam esse processo para trilhar novos caminhos.

No momento em que se lança a segunda edição do Boletim informamos que em breve será desencadeado um processo de qualificação, identificação do nosso público, fator esse fundamental para avançarmos no aperfeiçoamento dessa publicação. Os produtos com a assinatura Conab são produzidos com foco no nosso cliente, que são todos cidadão e cidadãs que se interessam pela nossa temática de ação. Fique atento que logo, tal processo será iniciado e você fará parte de mais essa etapa.

Boa Leitura!!!



O Programa De Aquisição De Alimentos: Um Olhar Sobre A Transversalidade E A Interseccionalidade¹

Introdução

Ao se desenhar políticas públicas para o meio rural, devem ser considerados os impactos das relações entre os indivíduos e o campo, como surgiram essas organizações sociais e sua forma de interação com o Estado. O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, por exemplo, traz em sua norma de compra dos produtos da agricultura familiar uma priorização dos assentamentos de reforma agrária, das comunidades tradicionais indígenas e de comunidades quilombolas, almejando atingir também outras demandas sociais.

Dada a dinamicidade do mundo moderno e o fato de sermos seres sociais constituídos em redes de associações que formam um coletivo, muitos dos problemas são comuns a uma infinidade de atores, ultrapassando o círculo de pessoas imediatamente envolvidas e de objetos a serem discutidos. Os problemas relacionados às desigualdades sociais, por exemplo, além de envolverem diversas camadas sociais, podem ser catalogados em diferentes espectros, como: de gênero, de raça, de classe, e assim por diante.

Com o intuito de abordar a necessidade de se repensar políticas públicas transdisciplinares e interseccionais, este artigo tem como objetivo olhar o Programa de Aquisição de Alimentos como uma política transversal a partir da análise dos recursos investidos no Programa. Para isso, foi utilizado o recorte das questões de gênero e de público atendido, em especial, as comunidades quilombolas no período que compreende de 2015 a 2019.

Transversalidade e Interseccionalidade em Políticas Públicas

Apesar de poder ser vista como uma alternativa à gestão verticalizada, a transversalidade envolve aspectos que requerem ressignificação do modo de pensar. A transversalidade se propõe, simultaneamente, como conceito e como instrumento organizativo, comporta relação com processos de coordenação lateral e/ou intersetorial, mas não deveria ser confundida com esses processos

¹ Priscila é Graduada em Administração pela Universidade Paulista (2012). Especialização em Administração Geral com foco em aprendizagem organizacional pela Universidade Paulista (2016). Pós-graduada no Programa de Formação Docente em Administração - PROFORM - pela Universidade Católica de Brasília (2019). Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade de Brasília - UNB (2020). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional na Universidade de Brasília – UNB.

Taíze Possui graduação em Letras - Português pela Universidade de Brasília nos graus de licenciatura (finalizado em 2009) e bacharelado (finalizado em 2010). Possui também graduação em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de Brasília, esse concluído em 2016. Possui Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos na Diversidade Cultural. Atualmente, é discente no Programa de Pós-Graduação em Educação. No escopo profissional, é servidora pública federal na Fundação Universidade de Brasília UnB. Sued é doutoranda em Desenvolvimento Sociedade e Cooperação Internacional - PPGDSCI UnB. Mestre em Agronegócios - UnB (2013), bacharel em Gestão do Agronegócio - UnB (2010). Analista de mercado da Companhia Nacional de Abastecimento. Pesquisadora do Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública (CEAG/UnB) e integrante do Grupo de Pesquisa Monitora - Monitoramento e avaliação de políticas públicas (CEGAFI/UnB).

(CRUZ, 2018, apud SERRA, 2005). Ou seja, a transversalidade inclui novos pontos de vista, novas perspectivas multidimensionais. Tem-se a possibilidade de uma construção de políticas públicas pautadas “na colaboração e no diálogo”.

As políticas transversais podem ser compreendidas como ações que buscam a inserção de suas temáticas em diversos âmbitos governamentais, os quais não necessariamente precisam ter uma proximidade entre si (REINACH, 2013). É válido ressaltar que esse modelo de análise restritiva não se limita ao ambiente exterior ao Órgão, ao contrário, muitas vezes, as Coordenações internas também desejam atuar somente em seus nichos sem pensar muito no todo institucional. Não é fácil delimitar até que ponto um órgão pode/deve atuar em problemas complexos, isso faz com que a transversalidade seja ainda mais necessária.

Pensando em um dos públicos-alvo do PAA, os povos e comunidades tradicionais, como os quilombolas, já se percebe a necessidade de se olhar para a política que atende a essa comunidade de maneira transversal, tendo em vista as especificidades socioculturais de tais grupos. A transversalidade é uma oportunidade de se somar esforços em discussões mais participativas de outros setores que influem nas condições desses povos tradicionais, bem como de suas próprias participação. A adoção de uma perspectiva transversal envolve uma mobilização e um comprometimento com a demanda social a ser debatida, de modo que, não poderia ser resolvida individualmente de modo verticalizado.

Quando pensamos em políticas públicas mais participativas e que envolvam os diferentes setores da sociedade, precisamos considerar outros aspectos relacionados à construção social que influenciam diretamente os atores envolvidos nessas políticas. E isso nos permite chegar ao conceito de Interseccionalidade, que pode ser compreendida como uma conceituação que almeja compreender as “consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (RODRIGUES, 2013).

A interseccionalidade permite que o mesmo fato (leia-se aqui problema) seja percebido em seus diversos nichos sociais, isso permite que ele receba a solução mais adequada para o grupo específico. Assim, a política pública criada consegue uma melhor solução para a demanda de cada grupo, haja vista ela poder atuar imersa em sua cultura e em suas especificidades.

Um órgão apenas, de forma isolada, não consegue atuar acertivamente no seu objetivo de fazer com que uma política pública atinja uma população tradicional, por exemplo os quilombolas, e isso é ainda mais difícil quando se trata de abordar as questões específicas de gênero. Posto isso, é consensual que a interseccionalidade deve estar mais presente no Estado brasileiro, pois há desigualdades em diversos âmbitos que seriam mais facilmente amenizadas, caso fosse aplicado o conceito de interseccionalidade.

No espectro gênero, percebe-se que esse pode possuir intersecção com diversos aspectos, quais sejam: aqueles relacionados a classes sociais e a grupos raciais, sendo ambos também permeados por traços identitários diversos. Por isso, apesar de carecer de atenção específica, essa deve ser multisetorial. Para tal especificidade, é válido trazer o que dispõe Botelho et Nascimento (2016), os autores acreditam que, para lidar com problemas multicausados, como é o caso daqueles oriundos de questões de gênero, as políticas transversais e interseccionais são essenciais, haja vista, se pensarmos especificamente no espectro gênero, ser esse contemplado, tanto com privilégios, como por opressões.

Considerar as questões de gênero e raça em políticas públicas é deveras relevante, pois, muitas vezes, esses grupos são desfavorecidos socialmente e utilizam dos programas sociais para trazerem mais inclusão social para si. Todavia, apesar de o objetivo principal das políticas ser “promover a inclusão”, comumente, a intersecção mulheres negras ainda não possui políticas específicas para si, em especial, no âmbito da agricultura, o que dificulta que esse processo de “inclusão” aconteça.

Segundo Carneiro (2011), cabe dizer que os quilombolas são organizados em comunidades, essas surgidas de uma luta histórica, as quais têm resistido às diversas influências externas. Eles estão sempre lutando por sua inclusão social, principalmente, por meio de políticas públicas que almejem oferecer atenção integral aos menos assistidos.

É válido trazer que a constituição dos quilombos foi influenciada por alguns aspectos, quais sejam: aquisição de terras por famílias alforriadas; recebimento de terras pela prestação de serviços, tanto a senhores, quanto ao Estado, permanência em terras, após serem deixadas pelos proprietários; ou por negociações estabelecidas entre escravos e senhores, dentre outros fatos (ALMEIDA, 1998).

Diante do que fora exposto, compreende-se que pensar em políticas públicas de maneira interseccional é olhar para diferentes públicos, que estão, muitas vezes, às margens das discussões, dado seu contexto histórico-estrutural, suas especificidades culturais, dentre outros. Além disso, é sobressalente o fato de que políticas que são pensadas de formas interseccionais tendem a serem mais efetivas e inclusivas.

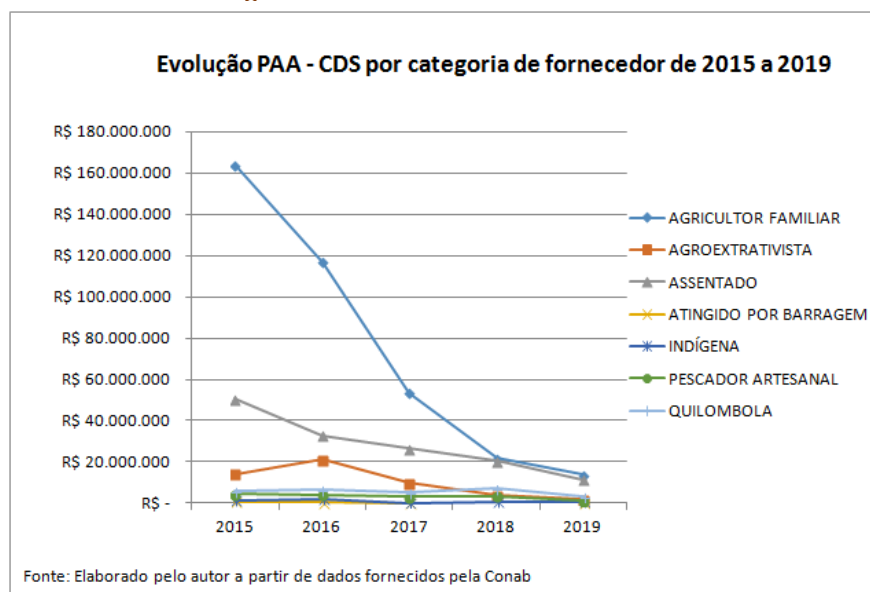
O contexto do PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos foi criado pelo art. 19 da Lei nº10.696, de 02 de julho de 2003, com as finalidades básicas de promover o acesso à alimentação e de incentivar a agricultura familiar. Este Programa promove a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar, em nível municipal e federal, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino (BRASIL, 2020).

A modalidade Compra para Doação Simultânea é principal forma de operacionalização do Programa, ela busca incentivar que a produção local da agricultura familiar atenda às necessidades de complementação alimentar das entidades da rede socioassistencial, dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos) e, em condições específicas definidas pelo Grupo Gestor do PAA, da rede pública e filantrópica de ensino, promovendo a articulação entre a produção de agricultores organizados e essas demandas locais.

Apesar de possibilitar melhores condições de manutenção dos meios e modos de vida de agricultores familiares de comunidades tradicionais, o PAA, segundo Favareto (2010), no caso específico dos indígenas e quilombolas, não alcança a mesma visibilidade dos agricultores familiares e trabalhadores rurais sem-terra. Mesmo nas regiões em que esses segmentos têm expressão numérica, eles estavam ausentes das articulações territoriais e, em decorrência, poucas vezes foram alcançados pelos principais investimentos feitos ali. Ainda segundo o autor, outra ressalva negativa diz respeito à ausência de organizações de jovens agricultores ou da participação individual de

Gráfico 1 - Evolução do investimento no PAA-CDS por categoria de fornecedor de 2015 a 2019



agricultores com estas características nos colegiados territoriais. Sem dar voz às expectativas deste segmento que responderá pela ocupação dos principais postos de direção das organizações ou pela chefia dos estabelecimentos agrícolas, restringe-se brutalmente tanto a leitura dos anseios da população local, como a capacidade de eco das ações em curso perante as gerações mais novas.

Esses contrapontos reforçam a necessidade da transversalidade quando se

discute políticas públicas, pois problemas sociais complexos exigem inteligência administrativa e discussões plurais para se atender demandas sociais com características multissetoriais. E ainda é preciso se pensar de forma interseccional, considerando que a formação histórica e cultural dessas comunidades influencia na forma como interpretam e vivem suas dinâmicas sociais, sendo necessário olhar para as políticas públicas de forma a responder setores específicos e suas lutas históricas.

A agricultura familiar foi bastante impactada durante os últimos anos, como se observa, por exemplo, na contínua redução de recursos aplicados no PAA. Conforme apresentado no Gráfico 1, houve uma redução de investimento na modalidade Compra com Doação Simultânea (a mais expressiva no Programa) em todas as categorias de fornecedor. Em 2015, por exemplo, o valor aplicado, nesta modalidade foi superior a 240 milhões de reais, no entanto, esse valor foi sendo reduzido durante os anos seguintes, assim, em 2019, foi aplicado pouco mais de 32 milhões de reais.

Outra característica é a distribuição de recursos por gênero, para qual destaca-se a participação feminina, que recebeu mais recursos do Programa nos últimos cinco anos, podendo ser resultado de uma mudança de configuração no campo. Em 2015, a diferença entre o valor investido por gênero era em torno de 10% a mais para o gênero feminino. Em 2019, pode-se afirmar que, 84% do total de recursos investidos, foram fornecidos pelo gênero feminino. Pode-se inferir também que há uma redução na quantidade de homens cadastrados no Programa ou uma substituição dos membros que antes representavam essas famílias junto às cooperativas.

A Participação de mulheres no PAA

Sobre a participação da mulher no campo, Siliprandi e Cintrão (2011) afirmam que “as mulheres produtoras rurais têm dificuldades de se inserir nas atividades de comercialização em função de as suas atribuições de gênero serem voltadas prioritariamente para a vida doméstica e para o espaço privado”. Segundo as autoras, as atividades laborais relacionadas à agricultura familiar são caracterizadas por se imiscuírem à organização da família, com isso, em geral, há tanto uma divisão

sexual, como geracional do trabalho. Assim, as atividades desenvolvidas são, além de segregadas entre homens e mulheres, hierarquizadas.

O PAA contribui para que as mulheres tenham uma participação mais ativa na comercialização dos produtos produzidos, isso, além de melhorar a sua renda, mesmo que o recurso auferido seja pouco, contribui para sua autonomia econômica. Sobre isso, deve-se destacar, baseado em Siliprandi e Cintrão (2011), que, em geral, os produtos cultivados por mulheres possuem acesso escasso ao mercado, então, é comum haver práticas de escambo ou disponibilização para vizinhos e parentes. Essas relações viabilizam, inclusive, outras formas de movimentação do mercado local.

Os dados demonstram que, cada vez mais, as mulheres estão assumindo responsabilidades como geradoras de renda, inclusive no meio rural. O trabalho da mulher antes visto apenas como uma extensão de suas atividades rotineiras, ou seja, um prolongamento das atividades do lar, tem se tornado parte de uma luta contínua por reconhecimento e pela necessidade de se considerar questões de gênero nas discussões sobre políticas públicas. Tema ainda mais intensificado quando abordamos também a questão da raça, aqui, cabe destacar as comunidades quilombolas.

Segundo Coradin e Souza (2015), os fornecedores quilombolas acreditam ser positiva sua inserção no PAA, visto que isso lhes possibilitou melhores condições de subsistência, mas é preciso que sejam feitas mudanças nos parâmetros, nos regulamentos e nos procedimentos formais burocráticos requisitados pelo Estado e pelos governos para sua participação no PAA, principalmente, pelos obstáculos encontrados diante de aspectos legais e formais para acesso dos quilombolas a essa política pública.

O desenho de políticas públicas transversais e interseccionais para mundo rural requer uma abordagem interdisciplinar. É importante considerar que as políticas públicas não são elaboradas exclusivamente pelo Estado, cada vez mais percebe-se uma mobilização de diversos atores que se articulam para resolver problemas sociais. A ação social não se limita a universos particulares, ao contrário, ela necessita do outro para acontecer, ou seja, para refletir a necessidade de um grupo social é relevante a compreensão dos seus traços históricos e culturais (RODRIGUES, 2020).

Desse modo é possível reforçar a coordenação horizontal, utilizando estratégias de articulação organizacional, para além das centradas em apenas um ator (seja o Estado ou outro ente), transpondo as linhas de autoridade e promovendo ações compartilhadas, intersetoriais, multidimensionais e interdisciplinares.

Conclusões

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA é um importante programa de combate à fome e à redução das situações de insegurança alimentar e nutricional. Tem potencial para melhorias, mas com isso precisa partir de uma construção coletiva, de forma que as demandas sociais possam ser contempladas.

Cabe ressaltar que as políticas públicas precisam ser revisadas de tempos em tempos dada a dinamicidade dos cenários econômico e social. Outro ponto importante é que, dado os múltiplos atores envolvidos nas práticas sociais, o modelo clássico de condução da administração estatal não comporta mais as necessidades de resposta do público (aqui, entende-se público como o resultado de uma interação social, que se reconhece como público).

As construções coletivas permitem que sejam considerados os aspectos histórico e cultural, por exemplo, as comunidades tradicionais quilombolas são parte da representação de luta e opressão da divisão de mundo pela linha de cor. A mudança no formato da vida social, com mais mulheres como provedoras no meio rural (e não apenas nele), intensifica a importância de se considerar as questões de gênero em políticas públicas.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, A. W. B. **Os quilombos e as novas etnias**. *Documentos do ISA*, São Paulo, v. 5, p. 11-18, 1998.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CORADIN, C., Souza R. S. **Os Quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná**: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos. *Revista NERA*. Ano 18, nº. 26 – Edição especial pp. 122-146. Presidente Prudente/SP, 2015.

CARNEIRO, E. **O Quilombo dos Palmares**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

CRENSHAW, K. Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004. p.7-16.

CRUZ, F. N. B.; DAROIT, D. **Dos nexos efêmeros ao fazer estado**: ensaio sobre transversalidade em conferências nacionais de políticas públicas. *Revista NAU Social*, v. 8, n. 15, p. 103-124, Nov. 2017/Abr.2018.

FAVARETO, A. **As políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil em perspectiva – uma década de experimentações**. v.1, n.2, p.47-63, janeiro–abril e maio–agosto 2010.

REINACH, S. **A "transversalidade" brasileira: uma construção própria que vai além das influências internacionais**. In: *Anais eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 – Desafios Atuais dos Feminismos*; 16-20 set. 2013; Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC).

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. In: *Anais eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 – Desafios Atuais dos Feminismos*; 16-20 set. 2013; Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC).

RODRIGUES, P. O. **As transformações na rede de atores do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE** / Priscila de Oliveira Rodrigues; Orientadora Dorian Daroit. – Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/38951/1/2020_PrisciladeOliveiraRodrigues.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2020



Arroz²

A cultura de arroz é uma das mais importantes no Brasil, seja tanto no aspecto econômico, onde figura como a 6ª com o maior valor bruto da produção (VBP) (MAPA, 2021), quanto no aspecto de desenvolvimento social regional. Em ambos os aspectos, o Rio Grande do Sul, por ser o maior estado produtor, tem papel preponderante no cenário nacional.

Em 2021, de acordo com dados da própria Conab (CONAB, 2021), a produção total de arroz no Brasil foi de 11.741 mil t, das quais 70% foram cultivadas no Rio Grande do Sul, distribuídas em 946 mil ha. Essa produção toda resultou em um VBP de mais de 20 bilhões de Reais no país e mais de 15 bilhões de Reais só no RS (MAPA, 2021). A importância da cultura para o estado é tamanha que o seu VBP é o segundo maior dentre as atividades agropecuárias, atrás somente da cultura da soja. Apesar das recentes reduções na área cultivada – em seu ápice, na safra 2010/11, a área cultivada já chegou a 1.172 mil ha (CONAB, 2021b) – devido aos problemas de rentabilidade ocorridos em safras recentes, a cultura ainda mantém seu papel importantíssimo na geração e distribuição de renda.

Os problemas recentes levaram a uma gradativa redução na área cultivada, mas, principalmente, a uma redução no número de produtores envolvidos na atividade. Como em muitas outras atividades, muitas vezes, os menores produtores, com reduzida capacidade financeira, acabam sendo os mais prejudicados pelas crises que eventualmente ocorrem. Os dados do último Censo Agropecuário (IBGE, 2017), realizado em 2017, mostram que existiam no RS, nesse momento, 4.846 estabelecimentos enquadrados como sendo de agricultura familiar – Decreto 9.064, de 31/05/2017 (BRASIL, 2017) – ante 7.176 no censo anterior, de 2006 (IBGE, 2006), ou seja, uma redução de 32% (Tabela 1). No primeiro momento (2006), agricultores familiares eram 60% do total, reduzindo para 52% em 2017. No total, 2.696 produtores deixaram de plantar arroz no período entre os dois levantamentos, sendo 86% deles, agricultores familiares.

Tabela 1. Número e área cultivada com arroz dos estabelecimentos da agricultura familiar e do total dos estabelecimentos, comparativo entre os Censos Agropecuários de 2006 e 2017 para o estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS, 2021.

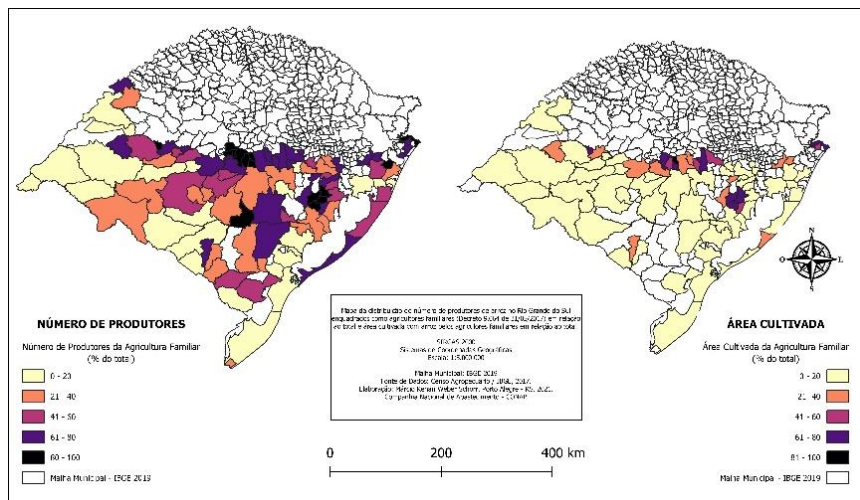
CENSO	Nº Estabelecimentos			Área (ha)		
	Total	Agricultura Familiar	(%)	Total	Agricultura Familiar	(%)
2006	11.967	7.176	60%	876.056	99.911	11,40%
2017	9.271	4.846	52%	1.088.096	72.876	6,70%
Varição Absoluta	-2.696	-2.330		212.040	-27.035	
Varição Relativa (%)	-22,50%	-32,50%		24,20%	-27,10%	

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE 2006 e Censo Agropecuário – IBGE 2017.

² Márcio é Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria - RS. Mestre em Agronomia pelo Programa de Pós-graduação em Agronomia - Produção Vegetal da UFSM. Doutor em Agronomia pelo Programa de Pós-graduação em Agronomia - Produção Vegetal da UFSM. Atualmente, atua como Analista - Engenheiro Agrônomo na Superintendência Regional do Rio Grande do Sul (SUREG-RS) da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Jordano é encarregado de setor na Companhia Nacional de Abastecimento.

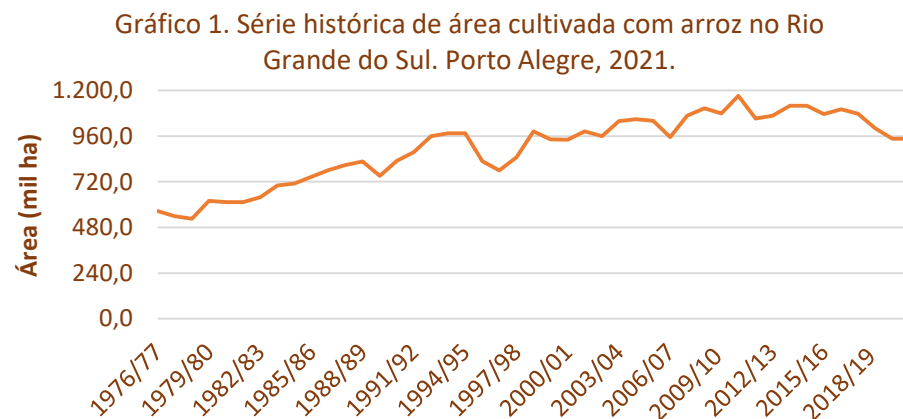
Figura 1. Número e área cultivada com arroz dos estabelecimentos da agricultura familiar em relação ao total dos estabelecimentos no estado do Rio Grande do Sul no Censo Agropecuário de 2017. Porto Alegre, 2021



Além da redução do número de produtores familiares, a proporção da área por eles cultivada também caiu significativamente. Em 2006, eles respondiam 11,4% da área total, caindo para apenas 6,7% em 2017, ou uma redução de 27 mil ha em números absolutos, passando de 99,9 mil ha para 72,9 mil ha. Em direção oposta, a área total cultivada com arroz aumentou 24,2% no período em análise, passando de 876,1 mil ha para 1.088,1 mil ha.

Em termos de localização, podemos ver que os municípios onde há uma maior proporção de agricultores familiares sobre o total, bem como área cultivada de agricultura familiar sobre a área total, se concentram na região central do estado, por vezes chamada de Depressão Central, Litoral Norte e na Planície Costeira Interna, região situada entre a Lagoa dos Patos e a Serra do Sudeste. Alguns municípios a se destacar são: Agudo, Restinga Seca, São Sepé, Torres e Santa Maria, que possuem área da

agricultura familiar superior a 2 mil ha e mais de 50% dos produtores locais enquadrados como agricultores familiares (IBGE, 2017).



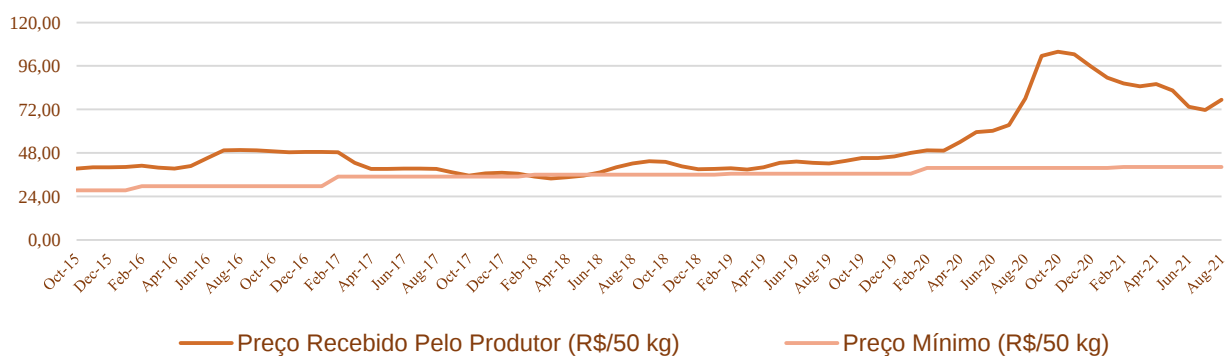
Fonte: Censo Agropecuário – IBGE 2017.

agropecuário. De lá pra cá, estima-se que ainda mais agricultores familiares tenham deixado a atividade, já que o auge da última crise no setor foi justamente nesse período. Desde a safra 2015/19, a área tem gradativamente reduzido, em média 3% ao ano, atingindo o menor valor em 20 anos (Figura 2) (CONAB, 2021b). No entanto, qualquer estimativa do número reduzido seria especulação.

Muito da causa da redução de área ocorrida nos últimos anos está relacionado com o baixo preço recebido pelos produtores, em relação ao custo de produção do arroz. Particularmente, nos anos de 2017 a 2019 o preço recebido esteve muito próximo ao preço mínimo definido na Política de Garantia do Preço Mínimo, por vezes, oscilando abaixo do valor de referência (Figura 3). Esse

período trouxe uma grande incerteza ao setor, refletindo-se em baixa rentabilidade, grande endividamento dos produtores e, conseqüentemente, saída da atividade.

Gráfico 2. Preço recebido pelo produtor e preço mínimo do arroz o Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2021. Gráfico 3. Preço recebido pelo produtor e preço mínimo do arroz o Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2021.



Fonte: Conab, 2021

A partir de 2020, uma série de fatores desencadeados principalmente pela pandemia de Covid-19 elevaram expressivamente o valor recebido pelos produtores, dentre os quais podemos destacar: a desvalorização do real frente às moedas de outros países, que aumentou o volume exportado; e o aumento do consumo nas residências, que aumentou a demanda interna. Com isso, o preço teve o ápice entre setembro e novembro de 2020, quando o preço ultrapassou os 100,00 R\$/saca. Após esse período, os preços voltaram a cair e, atualmente, a saca está sendo negociada em média a R\$ 77,28.

Embora atualmente o arroz esteja sendo negociado em patamares de preços superiores aos níveis pré-pandemia, já há no setor um temor de que nas próximas safras, senão já nesta que está sendo iniciada, a rentabilidade volte a ser muito reduzida, devido ao elevado custo dos insumos. Isso, também é um reflexo da pandemia de Covid-19, que causou uma série de desequilíbrios no comércio internacional e afetou a oferta de insumos em praticamente todo o planeta. Caso não haja uma mudança no curto e médio prazo, poderemos, novamente, presenciar o abandono de produtores da atividade orizícola, novamente afetando aqueles menos favorecidos, os agricultores familiares.

Entre os anos de 2010 e 2020 a Conab no RS, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, somente na modalidade compra com doação simultânea, adquiriu 2.516,9 t de arroz beneficiado, oriundos do sistema convencional de cultivo e boa parte do sistema orgânico de cultivo, correspondendo a um valor pago às famílias de agricultores de R\$ 4.973.062,69, e doados a inúmeras entidades beneficiárias no próprio estado. (CONAB³)

Em se tratando de arroz orgânico, estima-se que a área do estado, hoje, esteja próxima a 4,5 mil ha e possa chegar a uma produção de 444.621 sacas. Essa estimativa se baseia na produtividade apurada em 14 grupos de assentados da reforma agrária, distribuídos em 11 municípios, que juntos

³ Disponível em www.conab.gov.br

detêm a produção 309.684 sacas, ou seja, 70% do total no estado, e são produzidas por 286 famílias numa área de 3.134,3 ha (Celso Alves, informação pessoal⁴).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto nº 9.064 de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Diário Oficial da União, nº 103-A, Seção 1, ed. Extra, fl. 11. 2017. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=31/05/2017&jornal=1000&pagina=11&totalArquivos=24>>. Acesso em: 30/08/2021.

MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Valor Bruto da Produção 2021**. Planilha eletrônica. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/valor-da-producao-agropecuaria-de-2021-e-estimado-em-r-1-099-trilhao>>. Acesso em: 30/08/2021.

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos**. Brasília - DF, v.8, safra 2020/21, n.10, décimo primeiro levantamento, agosto. 2021. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/info-agro/safras>>. Acesso em: 30/08/2021.

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Série Histórica das Safras**. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/serie-historica-das-safras>>. Acesso em: 30/08/2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>>. Acesso em: 30/08/2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: 17/08/2021.

⁴ Informação obtida através de entrevista em agosto de 2021 com Celso Alves da Silva, Técnico que faz parte da Coordenação do Grupo Gestor do Arroz Agroecológico dos assentamentos na região Metropolitana de Porto Alegre.

**Entrevistados:**

Julcemir Fernando Marcon e Airton Luiz Rubnich, integrantes da COOPAN - Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita Ltda, Localizada em Nova Santa Rita-RS.

Izabel Nogueira Coelho e Raimundo de Souza Nogueira, integrantes da APREPRI - Associação dos Pequenos Produtores Rurais Extrativistas e Pescadores do Rio Ipanema; Localizada em Curralinho-PA.

Juliete Lima de Oliveira, integrante da Associação Comunitária do Sítio do Meio do Tope, Localizada em São Benedito/CE.

As dificuldades encontradas pelos produtores no enfrentamento a pandemia

Trabalhar é uma atividade rotineira, mas que apresenta grandes impactos durante o enfrentamento à pandemia do corona vírus. Enquanto alguns colaboradores foram colocados em home office, outros tiveram que enfrentar os riscos da COVID-19, como foi o caso da extrativista Izabel Nogueira Coelho. “A produção do açaí foi muito boa no ano de 2020/2021. Mas trabalhar enfrentando esses riscos foi muito complicado, porque a gente está lidando com vidas. A gente perdeu muitas pessoas, amigos queridos, parentes”, lembra a representante da APREPRI - Associação dos Pequenos Produtores Rurais Extrativistas e Pescadores do Rio Ipanema em Curralinho-PA.

Já a presidente da Associação Comunitária do Sítio do Meio do Tope em São Benedito-CE, Juliete Lima de Oliveira, conta sobre as adaptações necessárias para que as atividades não fossem paralisadas. “A gente trabalha com a produção de bolos e biscoitos, e dentro da cozinha o trabalho é feito em grupo. Porém, para seguir as orientações da vigilância, não poderia ter muitas pessoas em um mesmo ambiente. Aí tivemos essa dificuldade, mas graças a Deus, agora já estamos bem organizadas”.

O trabalho no campo e ao ar livre pode ser facilitado, o que não impediu o surgimento de novos desafios. Para Julcemir Fernando Marcon, da COOPAN – Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita LTDA em Nova Santa Rita-RS, um dos obstáculos a serem superados foi a comercialização da produção. “A pandemia foi e continua sendo um momento difícil, principalmente pensar em comercialização dos produtos tendo em vista que a gente atuava bastante no Pane e quando parou as aulas isso foi um baque bastante grande e que reduziu bastante a venda desses produtos. Então o desafio foi tentar comercializar no mercado convencional mesmo”.

Para o agricultor familiar, Airton Luiz Rubnich também cooperado da COOPAN, os desafios da comercialização não ficaram restritos apenas nas dificuldades encontradas pelos pequenos produtores em entrar no mercado. “Além do que o Julcemir falou sobre as vendas institucionais, o próprio mercado local foi afetado. Com a questão da pandemia tem a crise aliada, e as pessoas vão deixando de consumir também”. Airton já se mostra preocupado com a venda da próxima safra, uma vez que ele tem observado o aumento nos custos de produção. “Agora esse ano não sei como dá a volta, porque triplicou o preço dos insumos, do diesel. Nós usamos muito o combustível na lavoura, e se observar os preços do combustível registraram um aumento muito maior que o a elevação do arroz. Então essa é a bagunça”, reforça.

O aumento nos custos não é só uma preocupação de quem está no campo. Juliete Lima de Oliveira lembra das dificuldades encontradas ao longo deste ano impactado pela pandemia. “A gente produz os produtos da agricultura, mas também nós precisamos comprar alguns insumos. Com tudo caro, a produção estava complicada. Tiveram momentos em que paramos de trabalhar, por o produto final não compensava os custos de produção. Mas, a gente conseguiu voltar”, lembra.

Políticas Públicas

Em um cenário com tantos desafios, as ações de apoio à comercialização se mostram como uma importante ferramenta no apoio à produção da agricultura familiar, bem como dos extrativistas. “O pequeno tem sempre aquela dificuldade de entrar no mercado, de se viabilizar na comercialização por ser pequeno e não ter as ferramentas que as grandes redes têm. E as políticas públicas ajudam a viabilizar a produção dos pequenos. O pequeno já vai plantar o arroz, produzir o açaí sabendo que vai ter uma comercialização garantida. Isso é extremamente importante e talvez não se tenha a dimensão que isso muda na vida das pessoas”, ressalta Julcemir Fernando Marcon.

A extrativista Izabel comemora o início das entregas do açaí pela APREPRI no PNAE. “Esse ano a gente já vai começar a entregar para o PNAE. Na nossa cidade uma boa parte já está vacinada e as crianças estão voltando para a escola no ensino híbrido. E esse açaí é distribuído para as famílias pelas crianças”. Além desse programa governamental, a associação também acessa a Política de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), executada pela Companhia Nacional de Abastecimento. “Quando o preço está baixo, a gente consegue enviar os projetos para a Conab e consegue entrar com o preço mínimo. A gente tem que estar sempre de olho, estar se atualizando e fazendo a escala de produção”, pondera.

A presidente da Associação Sítio do Meio do Tope-CE reforça que esse apoio nas vendas “acaba tirando de lado o atravessador que compra dos produtores por preços abaixo do mercado. Essas ferramentas ajudam na melhoria na renda e na qualidade de vida para quem vive do campo”.

Para Julcemir os benefícios com a execução das políticas públicas de apoio aos pequenos produtores vão além da melhoria de renda. “Se pegar aqui no nosso assentamento, eram pessoas que não tinham uma linha de produção voltada para o mercado, e entraram no mercado. Isso muda muito a vida das pessoas aqui na ponta”. Ideia compartilhada pelo colega Airton. “Não é querer dinheiro de graça, é só o apoio para canalizar a comercialização. Você canaliza os recursos para os produtores, canaliza comida mais saudável para quem precisa. Tem um monte de benefícios neste sentido”.

Com as ações de apoio à produção, a APREPRI, associação de extrativista que comercializa açaí, começa a conquistar novos mercados e ampliar os desafios a serem vencidos. “Agora a gente não pode exportar sem o Guia de Trânsito Vegetal. Ainda é um processo muito dificultoso porque nem todo mundo sabe mexer com os sistemas. A gente tenta se atualizar ao máximo, a dificuldade está aí, mas estamos tentando trabalhar com possibilidades de ir além”, reforça Izabel.



Introdução aos preços de pesquisa de mercado

Nessa sessão apresentaremos alguns preços de mercado pesquisados pela Conab e registrados no sistema de preços agropecuários – Siagro, destacados nas tabelas 2 e 4, preços de mercado dos principais produtos básicos e produtos da sociobiodiversidade, respectivamente, referentes ao mês de Julho e Agosto de 2021. Essa é uma pesquisa ampla realizada pelas áreas do acompanhamento de mercados das Superintendências Regionais da Conab.

Nas tabelas 1 e 3 de preços de hortaliças e frutas, respectivamente, os dados de preços de comercialização foram extraídos do Boletim Hortigranjeiro edição de Ago/2021, do portal da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), e do Sistema de Informações dos Mercados de Abastecimento do Brasil (Simab), cuja média de preços é ponderada pela quantidade comercializada das diferentes variedades do produto. A tabela 5 e 6 trazem, respectivamente, os preços de produtos semi-processados e processados e de produtos cárneos negociados no PAA.

O destaque os produtos hortifrúti em agosto foi a queda de preços do tomate, da cenoura e da cebola, que ocorreram em vários mercados atacadistas estudados, chegando a uma redução de 40% em Pernambuco para o tomate e de 22% para a cebola e, no Rio de Janeiro, a redução foi de mais de 20% para a cenoura. Alface e batata apresentaram aumento nos índices de agosto em relação a julho, nas cotações entre as Centrais de Abastecimento avaliadas. No mês de Agosto, dentre as frutas analisadas, destaca-se a redução de preços para o coco e o abacaxi.

Os produtos básicos pesquisados que fizeram parte do PAA, sofreram alta em Agosto de forma generalizada, em todas as regiões onde houve levantamento, com o exceção do feijão no Mato Grosso do Sul, que registrou queda de 1,81%. Dentre os produtos básicos que apresentaram alta, o mel de abelha no MS foi o que obteve maior percentual, apresentando alta de 14,65%. Alguns produtos da sociobiodiversidade que foram comercializados pelo PAA, apresentaram queda nos índices, como açaí e cacau no Pará, com maior destaque para o buriti no AM que chegou a uma redução de mais de 40% em relação ao mês anterior.

Dentre os produtos processados e semi-processados, os lácteos, iogurte e manteiga de leite, apresentaram maior queda nos índices 32,64% e 23,81%, respectivamente. Quanto aos produtos cárneos, destaque para a carne bovina que apresentou queda nos índices em todas as regiões pesquisadas chegando a redução de mais 20% em Minas Gerais, em contra partida, a carne de frango sofreu alta generalizada em todos os estados pesquisados, no DF foi onde ocorreu maior variação, quase 23% acima do mês anterior (julho).

Tabela 1 – Preços de mercado das principais Hortaliças (R\$/Kg) – CEASAS – Agosto/21

Produto	Alface		Tomate		Batata		Cebola		Cenoura		Beterraba		Mandioca	
Praças	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal
DF	3,3	0,00	2,2	-17,09	2,21	66,04	1,98	8,23	1,91	9,5	2,56	5,1	2,0	2,0
MG	4,4	1,47	2,3	4,49	1,57	29,43	1,35	4,94	1,40	-11,8	1,50	1,8	1,7	15,99
PE	2,6	28,71	1,67	-40,44	2,59	39,29	1,25	2,46	2,15	-22,9	1,50	-24,2	1,77	18,8
RJ	2,8	38,60	2,74	3,53	0,98	18,61	1,45	-20,76	2,34	2,5	2,10	11,9	1,78	4,5
SP	2,36	-6,39	3,49	7,84%	2,14	25,07	1,49	2,99	1,79	-8,4	1,85	10,7	1,79	10,5

Produto	Couve		Coentro		Cebolinha		Inhame		Abobrinha		Maxixe		Rúcula	
Praças	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal
DF	5,71	0,0	11,33	0,03	10,00	0,01	3,00	0,00	2,81	16,10	4,75	52,8	6,00	0,0
MG	6,43	1,4	11,59	5,72	12,82	2,09	1,42	12,37	2,74	59,18	3,08	-8,12	5,21	-1,70
PE	3,77	-26,6	3,90	161,74	1,89	-4,55	4,18	-27,43	2,16	8,00	5,95	26,3	SI	SI
RJ	6,06	0,5	5,36	-2,62	7,50	0,00	1,64	-1,14	2,87	84,8	3,33	0,0	5,28	10,0
SP	2,14	-8,15	4,76	-25,51	7,09	-1,12	1,94	0,52	6,21	38,7	4,72	11,3	4,22	6,3

Produto	Pepino		Cheiro verde		Salsa		Vagem		Batata doce		Pimentão		Repolho		Brócolis	
Praças	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal
DF	2,85	31,7	SI	SI	10,0	0,02	6,15	12,2	2,34	43,7	16,88	15,79	2,54	8,23	4,67	0,00
MG	3,18	93,6	SI	SI	11,4	-2,85	7,37	99,7	1,94	-13,3	8,34	40,17	1,47	4,55	3,96	-46,13
PE	2,00	0,19	SI	SI	SI	SI	5,68	37,2	2,59	-3,0	2,87	19,58	3,50	19,45	8,28	1,97
RJ	1,82	12,4	12,0	0,0	2,9	-5,5	6,27	26,6	1,95	29,5	4,61	33,40	1,00	-0,97	2,92	-8,31
SP	3,79	34,9	SI	SI	2,6	1,16	12,9	68,03	2,28	41,0	7,75	23,10	1,40	9,96	3,43	-12,3

Fonte: Conab

Tabela 2 – Preços de mercado dos principais produtos básicos (R\$/Kg) – Siagro – Agosto/21

Produto	Leite		Feijão		Milho		Mel de Abelha	
Praças	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal
SP	2,22	1,86	4,97	3,5	1,62	0,58	13	0,0
ES	2,28	16,9	4,83	1,68	1,57	3,97	SI	SI
DF	2,23	5,19	5,08	0,19	1,48	7,2	SI	SI
GO	2,22	2,78	4,67	4,00	1,44	9,09	SI	SI
MG	2,47	5,5	4,66	1,08	1,60	4,57	14,18	3,73
MS	2,17	4,8	4,32	-1,81	1,51	3,42	14,65	2,30
RS	2,13	10,36	SI	SI	1,51	4,13	13,9	2,81

Fonte: Conab

Tabela 3 – Preços de mercado das principais frutas (R\$/Kg) – CEASAS – Agosto/21

Produto	Banana		Mamão		Laranja		Limão		Maça		Melancia	
Praças	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal
DF	3,18	11,47	3,11	-7,62	1,94	-3,37	3,15	33,16	3,97	-1,59	1,44	-0,64
MG	2,31	40,67	2,05	8,99	1,87	18,79	2,33	57,81	3,66	-8,47	1,51	15,52
PE	1,66	-0,43	1,93	13,91	1,55	-0,68	1,49	17,69	5,15	5,30	0,90	-1,10
RJ	2,57	4,85	2,13	0,97	1,89	1,20	1,81	-0,24	4,20	6,23	2,36	27,5
SP	2,59	11,09	2,53	21,17	2,20	17,61	2,93	50,35	4,94	0,02	1,36	5,76

Produto	Maracujá		Abacaxi		Tangerina		Manga		Abacate		Uva	
Praças	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal
DF	4,41	32,08	2,28	-5,91	2,42	1,67	2,39	-20,83	3,15	-7,40	10,37	0,33
MG	4,34	20,12	1,76	-2,65	1,76	11,12	2,29	0,48	3,32	-0,49	8,27	11,95
PE	2,73	17,67	1,30	-7,14	1,68	1,85	1,46	-14,62	4,73	6,29	3,43	8,50
RJ	3,42	8,72	2,00	0,00	1,76	-4,40	2,72	1,15	3,04	6,23	7,62	55,93
SP	3,91	34,85	2,69	12,63	3,04	34,04	2,36	-8,99	4,99	20,87	9,21	5,10

Produto	Coco		Goiaba		Acerola		Melão		Morango		Caju	
Praças	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal
DF	1,50	-34,7	7,43	-33,42	60,0	6,53	3,18	-6,20	11,19	-5,85	28,82	1,82
MG	1,05	-11,33	5,19	19,7	SI	SI	1,84	-8,01	8,53	5,01	24,50	-5,61
PE	1,35	7,06	1,49	-9,15	SI	SI	1,39	-10,99	25,00	-0,20	2,14	-38,15
RJ	1,17	-13,78	6,20	1,88	3,54	13,83	2,93	-7,87	13,32	3,63	20,64	3,22
SP	1,35	-4,24	5,40	37,32	20,	39,88	2,9	7,85	18,63	2,22	20,72	-21,87

Fonte: Conab

Tabela 4 – Preços de mercado dos principais produtos da sociobiodiversidade (R\$/Kg) – Siagro – Agosto/21

Produto	Açaí		Cacau		Castanha do Brasil		Buriti	
Praças	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal
PA	2,42	-22,4	13,88	-12,37	SI	SI	1,28	SI
AM	3,5	0,0	11,47	-12,31	SI	SI	0,5	-41,17
RO	1,89	SI	13,76	-8,66	5,13	-0,58	SI	SI
AC	1,15	SI	SI	SI	6,5	0,0	SI	SI

Fonte: Conab

Tabela 5 – Preços de mercado dos principais produtos semi-processados ou processados (R\$/Kg)
– Siagro – Agosto/21

Produto	Azeite de babaçu		Paçoca		Manteiga de Leite	
Praças	Preço	Δ%mensal	Preço	Δ%mensal	Preço	Δ%mensal
MA	15	-16,67	2,43	22,73	3,36	-23,81
PI	15,38	18,31	1,58	9,72	3,26	3,83
CE	25,5	0,79	1,75	3,55	4,28	2,39

Fonte: Conab

Tabela 6 – Preços de mercado dos principais produtos cárneos (R\$/Kg) – Siagro – Agosto/21

Produto	Carne Bovina		Tilápia		Carne Caprina		Carne de frango		Frango	
Praças	Preço	Δ%mensal	Preço	Δ%mensal	Preço	Δ%mensal	Preço	Δ%mensal	Preço	Δ%mensal
DF	3,3	-12,47	2,49	-19,68	2,21	-15,33	2,43	22,73	3,36	-23,81
MG	1,66	-20,57	1,63	-32,64	1,7	-7,1	1,58	9,72	3,26	3,83
PE	1,78	-7,77	1,33	-9,52	1,89	-14,48	1,75	3,55	4,28	2,39
RJ	2,64	-13,73	2,02	-33,99	1,96	-0,51	2,17	13,02	4,17	5,84
SP	1,96	-17,39	2,15	-6,93	2,03	-8,56	2,33	7,87	4,12	-3,96

Fonte: Conab



A Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos – ADA como Estratégia de Mitigação dos Impactos da Covid-19 na Vida das Comunidades Indígenas e Quilombolas

Introdução

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde - OMS declarou a disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2) como uma pandemia, sendo consenso, para quase a totalidade dos países, que “as condições precárias de vida e trabalho de boa parte da população mundial são agravadas por insuficiências pré-existentes nos sistemas de proteção social, especialmente no setor de saúde, e pela falta de respostas imediatas e efetivas do Estado às demandas sociais trazidas pela pandemia” (REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2021, p. 12).

Questões como a fome, a insegurança alimentar e a pobreza aprofundam-se e tornam-se mais expressivas com a crise sanitária que se alastrou no mundo e no Brasil, em 2020 (SCHAPPO, 2021, p. 30).

Diante da pandemia da Covid-19, vários países e organizações mundiais têm anunciado medidas que visam “amenizar os impactos negativos na economia e atenuar danos aos grupos que vivem em condições sociais mais vulneráveis” (SAMBUICHI et al., 2020, p. 1.080).

Segundo a Organização Pan- Americana da Saúde – OPAS (2020), na Região das Américas, “povos indígenas, afrodescendentes e outros grupos étnicos, muitas vezes, sofrem discriminação e exclusão, e isso leva a desigualdade de saúde”, por isso a “Covid-19 pode ter um maior impacto em certos grupos da população, como povos indígenas e afrodescendentes”.

No Brasil, a crise provocada pelo coronavírus afetou com mais intensidade povos e comunidades tradicionais, em situação de vulnerabilidade em relação à segurança alimentar (CONAB, 2020, p. 3).

Segundo as Associações Brasileiras de Saúde Coletiva e de Antropologia – ABRASCO; ABA (2020, p. 1),

[...] a pandemia da Covid-19 junto aos povos indígenas traz preocupações relativas à sua atual situação alimentar e nutricional, que já é, amplamente, desfavorável. Trata-se de um contexto de grande vulnerabilidade social, iniquidades e violações de direitos que, historicamente, afetam, diretamente, o perfil alimentar e nutricional desses povos, sendo que as necessárias medidas de isolamento social para controle da transmissão podem agravar ainda mais este quadro.

De acordo com Silva & Souza (2021, p. 85), a atual crise sanitária vem aprofundar o significativo grau de vulnerabilidade nos quilombos que já possuem diversas barreiras no acesso às políticas públicas fundamentais, como as de saúde, educação e as voltadas à regularização fundiária de seus territórios tradicionais,

É um cenário preocupante que se agrava face ao enfraquecimento das políticas de proteção social, o que vem ocorrendo há alguns anos devido à crise fiscal e à política de austeridade adotada pelo governo brasileiro. É nesse contexto que a Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos

Populacionais Específicos – ADA se insere. É uma ação que garante o acesso à alimentação básica para públicos em situação de insegurança alimentar e nutricional. Por esse motivo, trata-se de um instrumento com potencial para ser usado pela administração pública no enfrentamento aos possíveis danos sociais provocados pela Covid-19.

A ADA integra a estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva (SEIP), do Ministério da Cidadania – MC e que tem por objetivo a distribuição gratuita de alimentos de forma complementar a outras estratégias de fomento e acesso à alimentação para públicos em situação de insegurança alimentar.

A ADA objetiva a distribuição gratuita de Cestas de Alimentos de forma complementar a outras estratégias de fomento e acesso à alimentação, promovidas pelos órgãos responsáveis pelos públicos específicos atendidos pela ADA, conforme Portaria nº 527, de 26 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2021).

Os públicos alvos da ação são indígenas e quilombolas, tendo como parceiros a Fundação Nacional do Índio-Funai/MJ, a Secretaria Especial de Saúde Indígena-Sesai/MS e a Fundação Cultural Palmares-FCP (BRASIL, 2021).

A ação é executada em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e com os órgãos parceiros que são os interlocutores com cada um desses grupos populacionais (BRASIL, 2021). São essas instituições que selecionam e indicam ao MC as famílias que deverão ser atendidas, segundo critérios institucionais definidos, além de serem responsáveis também pela retirada e logística das cestas dos armazéns da Conab, distribuição e prestação de contas ao MC (BRASIL, 2021).

Acredita-se que a ADA seja, assim como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, um instrumento de alta capilaridade para o combate à crise sanitária da Covid-19 por tratar-se de uma ação tempestiva de efeito rápido, criada e consolidada com marcos regulatórios instituídos, tendo uma estrutura de execução atuante e ativa. Assim sendo, este artigo tem como objetivo analisar a ADA como ferramenta para mitigar os impactos sociais da Covid-19 no país. Para isso, no primeiro momento, fez-se uma breve revisão, na literatura, de como este instrumento se insere no contexto da pandemia e, em seguida, analisaram-se os dados das distribuições das cestas de alimentos da Ação em 2020, com base nas quantidades de cestas entregues e no número de famílias indígenas e quilombolas beneficiadas.

Revisão de Literatura

Cenário Atual de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil

Segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – Rede PENSSAN (2021), do total de 211,7 milhões de brasileiros, 116,8 milhões convivem com algum grau de Insegurança Alimentar e, destes, 43,4 milhões não tem alimentos em quantidade suficiente e outros 19 milhões enfrentam a fome.

Em 2020, ainda segundo a Rede PENSSAN (2021), com o advento da pandemia da Covid-19, a Insegurança Alimentar e a fome no Brasil retornaram aos patamares próximos aos de 2004, sendo que as vulnerabilidades sociais também cresceram no período de 2018 a 2020. A comparação dos níveis de Segurança Alimentar/Insegurança Alimentar (SA/IA) entre a Pesquisa de Orçamentos

Famílias - POF de 2018 e o presente inquérito da VIGISAN mostram a gravidade da superposição da crise econômica e sanitária em todo o território nacional.

Impactos da Covid-19 sobre as Populações Vulneráveis

O surgimento da Covid-19 evidenciou ainda mais a enorme desigualdade entre diferentes realidades sociais que coexistem no Brasil, reacendendo as discussões acerca da segurança alimentar e nutricional. Os riscos para Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e a fome dos brasileiros, desde 2016, já vinham se apresentando, sendo aprofundados, em 2020, pela emergência da pandemia, passando a exigir compreensão da extensão e da magnitude dos problemas e articulação de medidas governamentais, que possam assegurar o acesso à alimentação adequada e saudável, com vistas a reduzir os impactos negativos da doença na condição de alimentação, saúde e nutrição dos mais vulneráveis (RIBEIRO-SILVA, R. C et al., 2020, p. 3421).

No Brasil, as desigualdades sociais não se vinculam somente com a distribuição de renda, mas são atravessadas pelas discriminações raciais e de gênero (ALIAGA et al., 2020, p. 10).

A pandemia da Covid-19 traz luz sobre as desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero e as condições precárias de vida a que estão submetidas parcelas imensas da população brasileira (em especial a população negra e afrobrasileira, mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência e doenças raras, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, trabalhadores/as informais e os que vivem em regiões favelizadas e periféricas) (BRASIL, 2021, p. 1).

Segundo Ribeiro-Silva et al. (2020, p. 3424), na dimensão alimentar, o distanciamento social repercute na dinâmica do acesso físico e econômico aos alimentos de inúmeras famílias brasileiras, em especial daquelas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Ainda segundo os autores, na dimensão nutricional, as precárias condições de vida, bem como a fragilidade dos sistemas de saúde (sistemas de saúde tensos e sobrecarregados pela pandemia), ao incidirem sobre o estado de saúde do indivíduo, sobretudo entre os mais vulneráveis, podem colocá-lo em risco de desenvolver uma má nutrição.

É consenso, na área da saúde, que as consequências das situações de Insegurança Alimentar e Nutricional (ISAN) recaem sobre o atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS), já sobrecarregado diante da conjuntura de pandemia (BRASIL, 2021, p. 1).

A Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA)

[...] contempla povos e comunidades dos territórios rurais e remotos, que têm seus modos de vida, produção e reprodução social relacionado, predominantemente, com a terra. São populações negligenciadas, com piores indicadores socioeconômicos, desenvolvimento humano e saúde (FLOSS et al., 2020, p. 1).

Povos indígenas destacam-se nas Populações do Campo, da Floresta e das Águas - PCFA,

[...] com pior índice de desenvolvimento humano e pobreza. Sofrem com acesso precário à saúde, elevada mortalidade infantil, prevalência de tuberculose, verminose, diarreia e infecções respiratórias. O racismo institucional e a perda progressiva de territórios também resultam em insegurança alimentar e desassistência. A saúde em locais rurais ou remotos, ligada ao modo de vida no território e à preservação da biodiversidade, abriga populações em condição de vulnerabilidade, em extrema pobreza, aonde muitas políticas públicas não chegam. A pandemia de COVID-19 revela essas iniquidades" (FLOSS et al., 2020, p. 1).

Impacto da Covid-19 sobre as Populações Quilombolas

No Brasil, segundo o IBGE (2020, p. 16), existem 1.674 municípios com localidades quilombolas. Entende-se por localidade quilombola todo lugar do território nacional onde exista um aglomerado permanente de quilombolas.

Do total das 5.972 localidades quilombolas, 404 são Territórios Quilombolas oficialmente delimitados e definidos, 2.308 agrupamentos quilombolas definidos e 3.260 enquadrados como outras localidades quilombolas (IBGE, 2020, p. 17).

Os Estados da Bahia, Minas Gerais e Maranhão reúnem quase metade das localidades quilombolas.

Em relação à Covid-19,

[...] o desconhecimento sobre a situação de impacto desta pandemia nos territórios quilombolas é, apenas, contornado pelas iniciativas que vêm sendo tomadas pelas próprias organizações quilombolas, geralmente, em parceria com universidades ou organizações da sociedade civil. A principal dessas iniciativas reúne a Articulação das Comunidades Negras e Rurais Quilombolas (Conaq) e o Instituto Socioambiental (ISA) na criação da plataforma Observatório da Covid-19 nos Quilombos. A iniciativa é, em primeiro lugar, uma denúncia da invisibilidade da pandemia naquelas comunidades, além de efetivamente tomar a frente no monitoramento da incidência da Covid-19 nas comunidades quilombolas em todo o país” (AFRO, 2021, p. 15).

Até 5 de dezembro de 2020, a plataforma Observatório da Covid-19 nos Quilombos registrava 4.703 casos confirmados e 172 óbitos. Seis meses antes, esses números eram de 723 casos confirmados e 84 óbitos. Um crescimento de aproximadamente 650% no período, mas que está longe de ter sido contínuo (AFRO, 2021, p. 17).

Os estados com maiores percentuais de óbitos quilombolas registrados são: Pará (27%), Rio de Janeiro (22%), Amapá, (15%), Maranhão (8%), Goiás (6%) e Pernambuco (6%). Já as regiões, Norte (42%), Sudeste (26%), Nordeste (23%) Centro-Oeste (8%) e Sul (1%) (AFRO, 2021, p. 20).

Impacto da Covid-19 sobre as Populações Indígenas

De acordo com IBGE (2020, p. 16), 828 municípios brasileiros possuem localidades indígenas. Entende-se como localidade indígena todo lugar do território nacional onde exista um aglomerado permanente de índios.

Do total das 7.103 localidades indígenas, 632 são Terras Indígenas (TI's) oficialmente delimitadas e definidas, 5.494 agrupamentos indígenas definidos e 977 enquadrados como outras localidades indígenas (IBGE, 2020, p. 17).

O panorama da situação da Covid-19, entre os indígenas, com base no último boletim epidemiológico de 2020, da Sesai, subordinada ao Ministério da Saúde – MS, mostra que houve: a) 538 casos suspeitos; b) 37.627 confirmados; c) 43.961 descartados; d) 3.942 infectados; e) 33.043 recuperados; e f) 507 óbitos (SESAI, 2020, p. 1)

Estratégias de Enfrentamento da Covid-19

O reconhecimento do estado de emergência de saúde pública no Brasil, decorrente da pandemia do Covid-19, exige medidas articuladas para o enfrentamento de suas consequências e de proteção à saúde, tanto com intervenções para conter a disseminação do vírus, quanto com ações de proteção da vida, da saúde e da capacidade aquisitiva da população, em especial, aquela em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2021, p. 1).

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN⁵ estabelece que é dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade (BRASIL, 2021, p. 1). Assim sendo, neste contexto, quais seriam as medidas a serem adotadas pelos governos para promover e garantir a Segurança Alimentar e Nutricional – SAN e impedir que a insegurança e a expansão da fome avancem durante e após a crise social e sanitária gerada pela pandemia?

Em 2020, dentre várias orientações, o Conselho Nacional de Saúde - CNS recomendou, ao Ministério da Cidadania - MC, a garantia da entrega de cestas de alimentos aos povos indígenas, quilombolas e famílias assentadas, cuja composição fosse embasada nas recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira, com produtos in natura e minimamente processados, oriundos da agricultura familiar, agroecológicos e orgânicos (BRASIL, 2021, p. 1).

O CNS também recomendou o retorno imediato do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por intermédio da CONAB e dos estados e municípios, privilegiando a modalidade Compra com Doação de alimentos, operacionalizada por meio das organizações sociais, associada à distribuição de cestas básicas a famílias carentes e em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2021, p. 1).

De acordo com a ABRASCO; ABA (2020),

[...] o isolamento voluntário dos povos indígenas gera diversas preocupações quanto a segurança alimentar e nutricional, principalmente, naqueles contextos em que a produção de alimentos é precária ou insuficiente". A maior parte da população indígena do país vive em aldeias, cujo acesso à alimentação varia entre a produção local de alimentos e a aquisição comercial nos centros urbanos. Em ambos os casos, a pandemia traz ameaças concretas à segurança alimentar e nutricional.

Ainda de acordo com a ABRASCO; ABA (2020), as ações de enfrentamento da Covid-19 devem garantir o acesso de forma permanente e estável a alimentos culturalmente adequados e saudáveis. Dentre as medidas a serem implementadas, em caráter emergencial, adaptáveis à realidade de cada local, ambas as associações propõem a distribuição de cestas básicas, em períodos como o da Covid-19; sendo uma ação considerada fundamental desde que em caráter emergencial e provisório, devendo a medida ser avaliada, localmente, pelas comunidades, através de suas lideranças ou organizações indígenas.

Efeitos da ADA na Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional dos Indígenas e Quilombolas

Em relação à SAN, distribuição de cestas e a pandemia atual,

⁵ Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006

[...] possíveis consequências da ISAN incluem efeitos negativos sobre a saúde e a qualidade de vida. A situação se agrava quando são considerados grupos sociais que ainda não experimentaram um processo de inclusão mais sólido na sociedade para serem alcançados por políticas públicas, tais como remanescentes de quilombolas, populações indígenas, população em situação de rua, entre tantos outros povos e grupos que conformam a sociedade brasileira. A emergência e a disseminação da pandemia causada pela COVID-19 intensificam os problemas que já vinham se acumulando no que concerne à SAN de todos, especialmente, dos mais vulneráveis em termos sociais, econômicos e sanitários, sinalizando para possível aumento de situações de fome (RIBEIRO-SILVA et al., 2020, p. 3424).

[...] a entrega de cestas básicas tem superado a transferência direta de renda, na modalidade de cartão/vale alimentação, e depende da escolha das autoridades locais. Os órgãos que optaram pelas cestas básicas apontam a necessidade de uma compra em grande quantidade para atender ao maior número de pessoas atingidas pelo distanciamento social recomendada pelos governos locais. Por outro lado, o cartão/vale alimentação é apontado por aqueles que o adotam como um meio mais ágil para aumentar a renda e garantir a segurança alimentar de famílias que antes contavam com a alimentação escolar para parte dos membros da família, reduzindo os gastos diários com alimentos (RIBEIRO-SILVA et al., 2020, p. 3426).

[...] a ação de aquisição e distribuição de cestas de alimentos aos povos indígenas e quilombolas, no contexto da Pandemia da COVID-19, integra a estratégia do Estado Brasileiro na contenção da circulação e contaminação pelo coronavírus, junto às comunidades indígenas e quilombolas, garantindo-se ao mesmo tempo a segurança alimentar e nutricional a essa população, e o distanciamento social necessário para a sua proteção em relação ao contágio com o vírus (BRASIL, 2020, p. 1).

[...] o atendimento aos povos indígenas possui especificidades epidemiológicas e logísticas que requerem uma atenção especial do Estado a essa população. Devido ao seu modo tradicional de vida, os indígenas não adquirirem anticorpos para diversos tipos de doenças, o que resulta em baixa imunidade. O histórico de epidemias virais demonstra a maior vulnerabilidade desse segmento, quando comparado com o restante da população, em especial às infecções respiratórias. As epidemias e os elevados índices de mortalidade pelas doenças transmissíveis já contribuíram de forma significativa para a redução do número de indígenas que viviam no território brasileiro. As doenças do aparelho respiratório ainda continuam sendo a principal causa de mortalidade infantil na população indígena (SESAI, Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19) em Povos Indígenas). As viroses respiratórias foram vetores do genocídio indígena em diversos momentos da história do país, com dezenas de casos de genocídios provocados por epidemias registrados em documentos oficiais, como o relatório da Comissão Nacional da Verdade de 2014 e o relatório Figueiredo de 1967 (BRASIL, 2020, p. 1).

Consideram-se também, no contexto da pandemia, a dificuldade de acesso e de deslocamento dos indígenas entre as aldeias e até mesmo aos serviços de saúde mais próximos (BRASIL, 2020, p. 1) e

[...] a situação de especial vulnerabilidade social e econômica a que estão submetidos no país, bem como as dificuldades logísticas de comunicação e de acesso aos territórios agravam o risco de genocídio indígena diante da pandemia do COVID-19. Para preservar a vida dessa população, todos os cuidados na prevenção e atenção à saúde indígena se fazem necessários, inclusive, no que diz respeito ao aporte financeiro para medidas emergenciais. Nesse sentido, a Fundação Nacional do Índio - Funai e a Sesai têm atuado no fechamento das fronteiras das terras indígenas, de modo a evitar a contaminação e a propagação do coronavírus nas comunidades. Se, por um lado, essa medida faz-se necessária para a proteção da

vida dos indígenas, por outro, ela traz insegurança alimentar para essas populações, que, em muitos casos, necessitam sair de suas terras para adquirir alimentos (BRASIL, 2020, p. 1).

É nesse contexto de extrema vulnerabilidade que repousa a relevância de ação proativa do Estado junto a esses povos, no sentido de minimizar os danos da insegurança alimentar em face da pandemia do COVID-19 (BRASIL, 2020, p. 1).

Execução da ADA em 2020

Termos de Execução Descentralizada (TED) firmados com a Conab, no âmbito da ADA

Em 2020, a Conab realizou uma série de leilões para aquisição de gêneros alimentícios e composição de cestas. O objetivo das operações foi de formar estoques para atender comunidades em insegurança alimentar e nutricional, em um momento em que a vulnerabilidade destes grupos populacionais é agravada em razão da pandemia da Covid-19.

Os leilões foram vinculados aos TEDs nº 003/2020 e nº 002/2020 e ocorreram no âmbito da ADA com recursos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH e do MC, respectivamente.

O MMFDH, que tem a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SNPIR responsável pela articulação de políticas públicas para os povos e comunidades tradicionais, sensível às demandas por cestas de alimentos dos povos indígenas e quilombolas, através da Funai e da FCP, atuou no sentido de obter recursos financeiros que viabilizassem esse atendimento, com uma operação conjunta com outros órgãos do Governo Federal. Os recursos foram disponibilizados por meio da MEDIDA PROVISÓRIA Nº 942, DE 2 DE ABRIL DE 2020, dentro do contexto do Programa 5034 – Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para todos, Objetivo: 1179 - Ampliar o acesso e o alcance das políticas de direitos, com foco no fortalecimento da família, por meio da melhoria da qualidade dos serviços de promoção e proteção da vida, desde a concepção, da mulher, da família e dos direitos humanos para todos (BRASIL, 2021).

A operacionalização foi planejada em conjunto com o TED nº 003/2020 entre o MMFDH e a Conab, pelo qual o primeiro destinou os recursos financeiros ao segundo, que realizou a aquisição dos alimentos, acondicionando os itens em cestas e disponibilizando as mesmas nas Centrais Regionais – CRs da Funai. Neste contexto, através de outro TED, o de nº 004/2020, o MMFDH disponibilizou recursos financeiros à Funai, para que essa realizasse a operacionalização da logística de distribuição de alimentos aos povos indígenas, a partir dos CRs até as aldeias.

A Funai tem o conhecimento necessário em relação à forma de abordagem perante os indígenas, conhecimento técnico-operacional para realizar o transporte das cestas de alimentos, nas condições mais adversas e precárias possíveis, sendo a entidade mais capacitada para esse enorme desafio. A ação contou com apoio e fiscalização sanitária da Sesai, além de, eventualmente, envolver outros atores a depender da capacidade logística e operacional da Funai regional, como prefeituras, Exército, Força Nacional, dentre outros, assim, a logística de distribuição variou de acordo com a região (BRASIL, 2021)..

Já o MC firmou o TED nº 002/2020 com a Conab. Nesta programação, os alimentos foram distribuídos nos estados de Mato Grosso do Sul (Campo Grande, Dourados e Ponta Porã), Paraná (Guaíra, Terra Roxa, Santa Helena e Itaipulândia) e Santa Catarina (Chapecó). A entrega estava prevista para acontecer até maio de 2021.

Vale ressaltar que, no caso do MC, em 2020, foram entregues também cestas básicas provenientes do TED nº 005/2017, assinado, anteriormente, com a Conab.

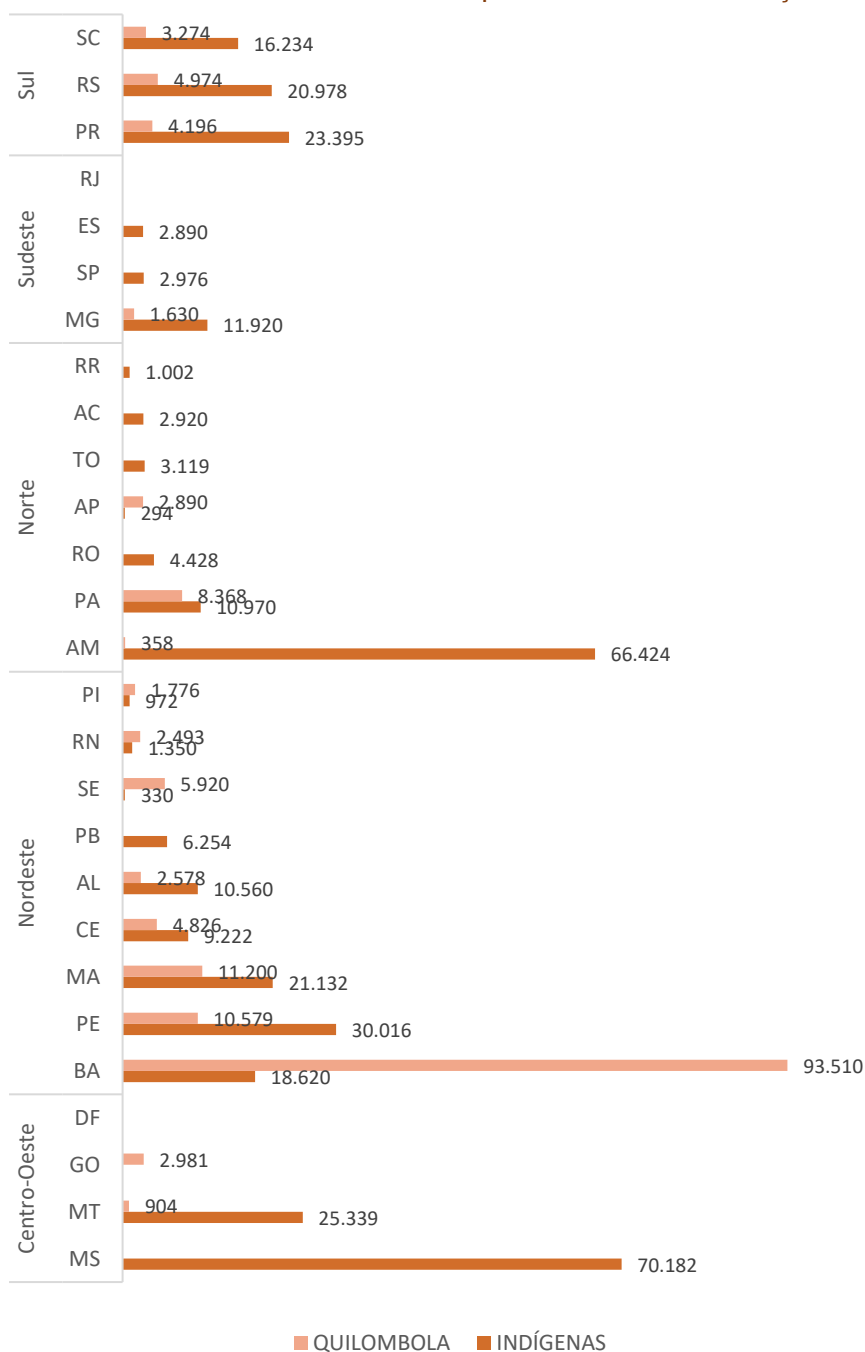
Operacionalização da ADA no Contexto da Covid-19

Em 2020, a CONAB, através dos TED's firmados com o MC e o MMFDH, atendeu 274.391 famílias, entregando 523.984 cestas de alimentos que corresponderam a 11.176.408 de quilos. Desse total, a) 106.304 famílias quilombolas receberam 162.457 cestas, totalizando 3.170.901 quilos e b) 168.087 famílias indígenas foram beneficiadas com 361.527 cestas, correspondendo a 8.005.507 quilos.

57,56% das cestas, destinadas ao atendimento do segmento quilombola, foram entregues na Bahia. Já os indígenas do Mato Grosso do Sul e do Amazonas receberam 19,41% e 18,37%, respectivamente, do montante disponibilizado às famílias indígenas (Gráfico 1).

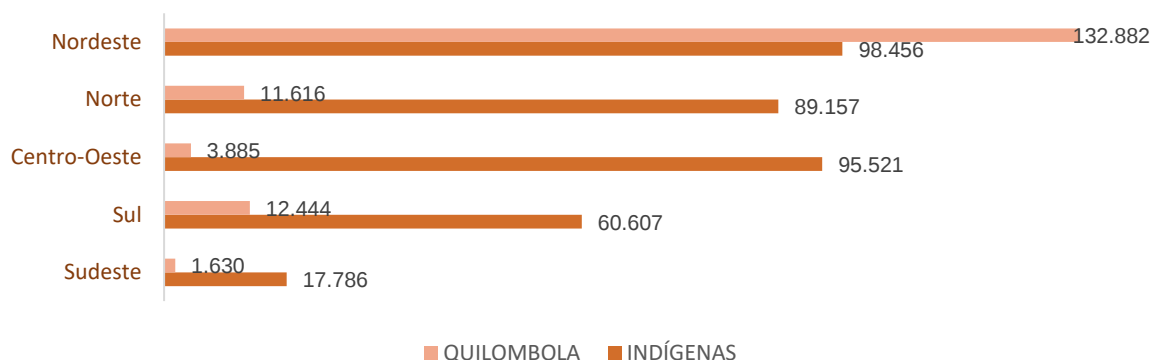
O Nordeste foi a região que mais recebeu cestas, destinadas ao atendimento das famílias quilombolas e indígenas, com 81,80% e 27,23%, respectivamente, do total (Gráfico 2), e, conseqüentemente, maior quantidade de alimentos entregues pela Ação (Gráfico 3).

Gráfico 1 - Nº de cestas distribuídas por Unidade da Federação



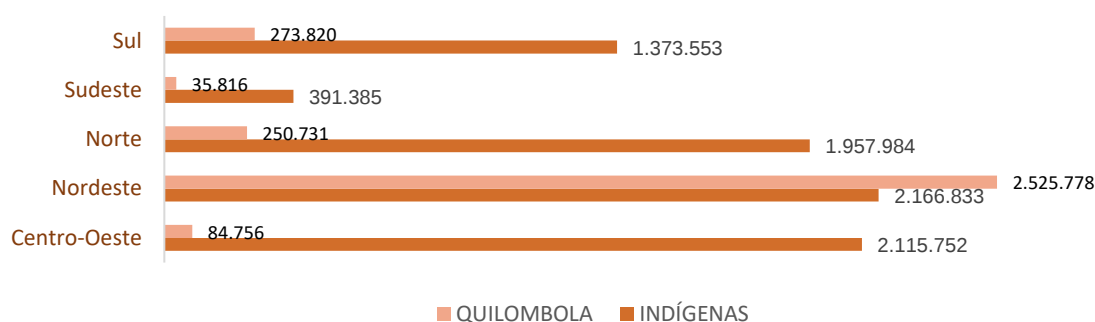
Fonte: Conab

Gráfico 2 - Nº de cestas distribuídas por região



Fonte: Conab

Gráfico 3 - Quantidade total de alimentos por tipo de público beneficiado



Fonte: Conab

Diante dos resultados positivos produzidos pela ADA, em 2020, a Ação pode assumir um papel relevante e estratégico no enfrentamento aos desafios da pandemia provocada pelo novo coronavírus em relação à garantia de alimentos básicos a grupos populacionais específicos.

Como foi abordado neste artigo, o país lida com um alto número de pessoas em insegurança alimentar e nutricional, sendo que este número pode aumentar mais ainda em decorrência da pandemia. Por isso, a adoção de medidas estratégicas de combate à fome são fundamentais, neste contexto, principalmente, entre os grupos mais vulneráveis.

Entretanto, a ADA não deve ser uma ação separada mas conjunta com outros instrumentos oriundos de outras políticas públicas como o PAA.

Conclusão

A ADA tem um importante papel na garantia de alimentos básicos às populações mais vulneráveis e em situação de risco alimentar, como por exemplo, os indígenas e quilombolas.

O desafio nesse momento de pandemia da Covid-19 é assegurar diferentes mecanismos que contribuam para garantir o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA), potencializando diferentes estratégias de abastecimento alimentar. Nesse contexto, o fortalecimento da ADA e a

continuidade de sua operacionalização são de suma importância como estratégia pontual para mitigar a fome desses dois grupos vulneráveis no Brasil.

Da maneira como está estruturada, a ação vai ao encontro das recomendações das organizações nacionais e das demandas da sociedade civil para minimizar os impactos sociais e econômicos causados pela Covid-19. Além disso, o fortalecimento da Ação como ferramenta de combate à crise é uma medida tempestiva, tendo em vista que o instrumento já está criado e consolidado, com estrutura de implementação ativa.

Os recursos utilizados, em 2020, para a aquisição de alimentos básicos possibilitam uma ampla capilarização dos benefícios gerados, ao proporcionar melhores condições de vida dos beneficiários e amenizar os impactos sociais que derivam das crises sanitária e econômica.

Assim sendo, considerando as previsões nacionais e internacionais de continuidade da crise sanitária, o posterior entrave econômico e o potencial da ADA para combater à fome, especialmente, sobre a população mais vulnerável, este estudo recomenda que sejam ampliadas as suas ações, com a destinação de mais recursos para a Ação. Além disso, sugere-se que sejam disponibilizados recursos adicionais, iguais ou superiores, nos anos subseqüente, objetivando minimizar os impactos da pós- pandemia, dando continuidade aos efeitos positivos na garantia de uma alimentação básica a quem tem fome.

Para mais informações de políticas públicas executadas pela Conab, [acesse aqui](#)

Referência Bibliográfica

ABRASCO - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA. ABA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. **A Covid 19 e a Situação Alimentar entre os Povos Indígenas: Recomendações para o Enfrentamento da Pandemia**. Rio de Janeiro: Abrasco, 2020. 5 p. Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20200417_5e99e7e92760b.pdf. Acesso em: 11 abr. 2021.

AFRO. **O impacto da Covid-19 sobre as comunidades quilombolas**. Informativo Desigualdades raciais e Covid-19. Janeiro #6, 58 p, 2021.

ALIAGA, M. A.; DOS SANTOS, S. M. C. & TRAD, L. A. B. **Segurança alimentar e nutricional: significados construídos e por líderes comunitários e moradores de um bairro popular de Salvador, Bahia, Brasil**. Cad. Saúde Pública, 36 (1), p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v36n1/1678-4464-csp-36-01-e00169218.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Recomendação nº 034, de 07 de maio de 2020**. Brasília, DF: CNS, 2020. 5 p. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1157-recomendac-a-o-no-034-de-07-de-maio-de-2020>. Acesso em: 11 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais e Específicos – ADA**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/aceso-a-informacao/carta-de-servicos/desenvolvimento-social/inclusao-social-e-produtiva-rural/acao-distribuicao-ada>. Acesso em: 11 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Departamento de Políticas Étnico-Raciais. **Termo de Execução Descentralizada, nº 4/2020**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/despesa/pdf/ted-4-2020-funai-mmfdh.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI. **Boletim Epidemiológico**, nº 218, 2 p, 29 de dezembro de 2020.

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Ação Emergencial para Indígenas e Quilombolas. Distribuição de Cestas de Alimentos para Grupos Tradicionais em Decorrente da Covid-19.** Brasília, DF: Conab, 2020. 20 p.

FLOSS, M.; FRANCO, C. M.; MALVEZZI, C.; SILVA, K. V.; DOS REIS COSTA, B.; DE LIMA E SILVA, V. X.; WERRERIA, N. S. & DUARTE, D. R. **A pandemia de COVID-19 em territórios rurais e remotos: perspectivas de médicas e médicos de família e comunidade sobre a atenção primária à saúde.** Cad. Saúde Pública, 36 (7), p. 1-5, 2020. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/csp/2020.v36n7/e00108920/pt>. Acesso em: 14 abr. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: Análise da Segurança Alimentar no Brasil.** Rio de Janeiro, IBGE, 2020. 69 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101749.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os indígenas e quilombolas para enfrentamento à Covid-19.** Notas Técnicas. Rio de Janeiro, IBGE, 2020. 17 p.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Considerações sobre povos indígenas, afrodescendentes e outros grupos étnicos durante a pandemia de Covid-19.** 2020. 15 p. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52280/OPASBRAIMSPHECOVID19200030_por.pdf?sequence=5&isAllowed=y. Acesso em: 11 abr. 2021.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. VIGISAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** 2020. 66 p. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 11 abr. 2021.

RIBEIRO-SILVA, R. de C.; PEREIRA, M.; CAMPELLO, T.; ARAGÃO, E.; DE MEDEIROS GUIMARÃES, J. M.; FERREIRA, A., J. F.; LIMA BARRETO, M. & DOS SANTOS, S. M. C. **Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil.** Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3421-3430, 2020.

SAMBUICHI, R. H. R.; DE ALMEIDA, A. F. C. S.; PERIN, G.; SPÍNOLA, P. A. C. & PELLA, A. F. C. O. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19.** Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 1079-1096, ago. 2020

SCHAPPO, S. **Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da Covid-19 no Brasil.** Ser Social, Brasília, DF, v. 23, n. 48, p. 28-52, jan./jun. 2021.

SILVA, G. M & SOUZA, B. O. **Quilombos e a Luta contra o Racismo no Contexto da Pandemia.** Boletim de Análise Político Institucional, Brasília, DF, n. 26, p. 85-91, mar. 2021. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10529/1/BAPI_26_QuilombosLuta.pdf. Acesso em: 11 abr. 2021.



Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF)

Em 1995, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com o objetivo de fortalecer as atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares com linhas de financiamento rural adequadas à sua realidade.

Apesar da instituição de vários programas específicos, uma das dificuldades enfrentadas pelas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar era a definição do público-alvo. Assim, para facilitar a operacionalização das políticas públicas, em 2006, foi definido um conceito de agricultura familiar. A definição veio com a Lei nº 11.326/2006, que, em seu art. 3º, considerou agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural e atenda, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I – Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II – Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III – Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV – Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Além do arcabouço legal e ações listados anteriormente, uma importante conquista para a agricultura familiar foi a instituição das garantias da produção, no âmbito do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), com a criação de programas destinados exclusivamente aos agricultores familiares, donde pode-se destacar o o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), instituído pelo Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006 sendo uma das ações de apoio à agricultura familiar que compõe o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e tem como objetivo:

- Garantir a sustentação de preços dos produtos da agricultura familiar.
- Estimular a diversificação da produção agropecuária da agricultura familiar.
- Articular as diversas políticas de crédito e de comercialização agrícola.

A operacionalização do programa é vinculada ao Preço de Garantia, obtido com base no custo de produção médio da região, levantado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e definido pelo Comitê Gestor do Programa. Este preço é definido de forma a ser suficiente para cobrir os custos de produção dos produtos financiados em determinada safra e região e o mesmo não poderá ser inferior ao preço mínimo e poderá ser até 10% maior ou menor do que o custo de produção, com a finalidade de estimular ou desestimular a produção de determinado produto em função dos estoques reguladores e das condições socioeconômicas das famílias agricultoras. O Preço de Garantia, regionalizado e divulgado anualmente, é publicado por meio de resolução do Conselho Monetário Nacional (Res CMN nº 4.889 art 1º).

Ainda sobre a operacionalização do PGPAF, outro componente que integra a base de cálculo para a concessão do benefício, é o Preço de Mercado, obtido com base no preço médio mensal de

comercialização, a partir de levantamento realizado pela CONAB, nas principais praças de comercialização de cada estado produtor. Conforme determina a legislação específica sobre o tema, As instituições financeiras devem conceder **bônus de desconto** aos mutuários de operações de crédito de custeio e investimento agropecuário contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) sempre que o preço de comercialização (mercado) do produto financiado estiver abaixo do preço de garantia vigente no âmbito do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF).

Em termos práticos o Bônus do PGPAF é aplicado da seguinte maneira: quando ocorrer uma diferença entre o Preço de Garantia e o Preço de Mercado será calculado o bônus, que é um desconto em percentual equivalente à diferença verificada entre o Preço de Garantia do PGPAF e o Preço de Mercado. Este bônus será aplicado pelo agente financeiro credenciado, automaticamente, no saldo devedor dos financiamentos de custeio do Pronaf contratados para os produtos do PGPAF. Ou seja, sempre que o preço de comercialização estiver abaixo do custo de produção definido para o produto e região, o agricultor fará jus a um desconto na sua dívida, ou saldo devedor do financiamento. Com relação a adesão ao programa, a mesma ocorre automaticamente no momento da contratação do financiamento de custeio para as atividades cobertas pelo PGPAF observado o zoneamento agrícola para a implantação das culturas.



A CSA pelo mundo e sua chegada em Brasília⁶

Ao tomar contato com a experiência da CSA, senti a necessidade de compreender melhor o movimento da CSA pelo mundo até sua chegada ao Brasil e, mais especificamente, em Brasília. Nessa busca pela trajetória do movimento, fui descobrindo mais sobre o movimento da CSA e encontrei algumas pistas que acredito serem importantes para a caminhada da pesquisa e que compartilho nesta seção.

Para início de conversa, CSA é uma sigla traduzida do inglês (Community Supported Agriculture) para Comunidades que Sustentam a Agricultura. Essas comunidades existem hoje pelo mundo todo e possuem diferentes nomes na França, Association Pour le Mainien d'une Agriculture Paysane (AMAP) ou Agriculture Soutenue par la Communauté (ASC); italiano, Gruppi di Acquisto Solidari (GAS); na Bélgica, Voedselteam; na Espanha, Grupos de Consumo ou Ecocajas; em Portugal, RECIPROCO; no Equador, Canastas comunitárias; e no Japão, Teikei⁷. Apesar dos diferentes nomes, essas comunidades comungam de um objetivo comum: reestabelecer e fortalecer as parcerias entre produtores e consumidores, cujas responsabilidades em todo processo produtivo e comunitário são compartilhadas.

É interessante notar que as primeiras experiências surgiram no contexto pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando aconteceu, de forma mais intensa, o processo de modernização agrícola, transformando radicalmente a situação da produção agrícola no mundo. Nesse período, a segurança alimentar se tornou um tema central, justificando a adaptação de tecnologias desenvolvidas durante a guerra para a modernização da produção agrícola, tendo como objetivo garantir um alto rendimento, produtividade e eficiência necessários à manutenção do processo produtivo, porém, às custas de um grande impacto ambiental e social.

Dessa maneira, as primeiras experiências que se aproximam e inspiram as CSAs de hoje aconteceram no Japão, onde a iniciativa nasceu de um grupo de japonesas que organizaram o seikatsu club ("clube da vida"). Elas se preocupavam com o processo de industrialização da agricultura promovido pelo governo japonês e suas consequências para a saúde de suas famílias e do meio ambiente. A tradução literal da palavra teikei é "parceria", que, filosoficamente, significa "comida com a cara do agricultor" (HENDERSON; VAN EN, 2007).

Os princípios que orientam essas organizações (Apêndice 1) foram escritos em uma carta que os estrutura como um sistema de trocas igualitárias marcadas pela divisão de valores e responsabilidades comuns entre produtores e consumidores, o que proporciona harmonia ao grupo, resultado da confiança, cooperação e lealdade (LAGANE, 2011).

Ainda nesse contexto de modernização agrícola, a Europa também experimentou um forte progresso tecnológico, permitindo o aumento da produtividade, mais uma vez à custa de sérios impactos ambientais e sociais. Em resposta a esse contexto, surgiam experiências de CSA em

⁶ Esse texto faz parte da dissertação disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/40639>

Ana é Engenheira florestal e Mestra em Educação pela Universidade de Brasília. Participa do Grupo de Pesquisa Educação, Saberes e Decolonialidades (GPDES-UnB). Atualmente desenvolve projetos como Educadora Ambiental na Instituição Fraternal Sorriso de Criança (Feira de Santana, Bahia).

⁷ Disponível em: <http://urgenci.net/csa-history/>.

alguns países europeus. Para Schlicht et al. (2012), as experiências se iniciaram de maneira independente no Japão, Alemanha e Suíça durante a década de 1960.

Na Europa, uma das bases do movimento, que mais tarde seria nomeado de “Community Supported Agriculture”, tem origem em 1920, pelo filósofo Rudolf Steiner. Steiner propôs a teoria da Economia Viva, no sentido de reorganizar a economia humana e considerar seu caráter orgânico. As teorias econômicas de Steiner passam a tomar forma pelo mundo como “economia associativa”, o que converge com as CSAs.

No final dos anos de 1980, as “Solidarische Landwirtschaft”, que significa “agricultura em solidariedade”, concretizam-se como experiência na Alemanha. Já na Suíça, o movimento surge como “Les Jardins de Cocagne”, em 1981, a partir de um projeto de plantio biodinâmico realizado pelo suíço Jan Vander, que se inspira também em experiências alemãs e chilenas. A vivência desse produtor influenciaria, mais tarde, as primeiras experiências nos EUA.

No contexto da América Latina, a experiência chilena nomeada Canasta Comunitária Utopía, surge nos anos de 1980, logo após o final da ditadura de Pinochet (1973-1990). O país vivia uma crise econômica que potencializou o surgimento de movimentos sociais e o consequente aparecimento do movimento. As Canastas Comunitárias surgiram a partir da mobilização de trabalhadores e moradores do mesmo bairro, apoiadas mais tarde por um grupo de estudantes de Agronomia. Ela existia no formato de uma associação de consumidores da qual participavam pessoas de baixa renda que se relacionavam com produtores da agricultura familiar, de comunidades indígenas, cooperativas e com uma central de distribuição regional (PREISS, 2017).

Já em 1986, a CSA chega aos EUA com a produtora alemã, Robyn Van En, e pelo produtor Jan Vander Tuim, que iniciaram as primeiras experiências no país, baseadas nos princípios da agricultura biodinâmica e da antroposofia (legados da filosofia do austríaco Rudolf Steiner), no caso, inspirada em seus estudos sobre economia viva, que possui como um dos conceitos base a associação entre agricultora(o) e consumidora(o), quando esses se conectam a partir de um interesse em comum (McFADDEN, 2004).

Quando Steven McFadden nomeia pela primeira vez nos EUA essas experiências como “Community Supported Agriculture” (CSA), em 1990, o país já tinha por volta de 60 CSAs em atividade, e 14 anos depois já seriam em torno de 1.700 experiências no país (McFADDEN, 2004).

Inspirados pelas experiências norte-americanas, um casal de produtores levou para a França esse modelo de parceria; e em 2000 é criada a primeira AMAP (Associação para a Manutenção de uma Agricultura Camponesa)/(Association pour le Mainien d’une Agriculture Paysane), que possui como principais características fortalecer a autonomia dos produtores rurais, desenvolver a soberania alimentar e o consumo responsável. Em 2011, a França já contava com mais de 2.000 grupos AMAP (URGENCEI, 2019).

Desde que a experiência foi tomando corpo no continente europeu, a rede URGENCEI foi criada com o objetivo de promover essas parcerias solidárias, facilitar o compartilhamento de informações entre os membros de diferentes países e divulgar a CSA pelo mundo:

A CSA vem se desenvolvendo mundo afora atingindo quase todos os continentes, Estados Unidos, Canadá, na Europa as principais iniciativas encontram-se no Reino Unido, França, República Tcheca, Alemanha, Romênia, Eslováquia, Grécia, Hungria, Suíça, Bélgica, Itália, Áustria e Espanha. Na Ásia, é possível

encontrar CSAs na China, Índia, Paquistão, Japão e Taiwan. Também há várias iniciativas no continente africano, como na Argélia, Benin, Marrocos e Mali. Na Oceania, é possível encontrar iniciativas na Austrália. Por fim, na América Latina há CSAs no Brasil, Chile, Argentina e Equador. (URGENCI, 2019).

É interessante notar que não existe um histórico linear dentro da articulação e estruturação das CSAs pelo mundo – o estabelecimento das experiências ocorre por influências de outras experiências e pensamentos que se harmonizam com a proposta. Uma constante nas experiências que se frutificam pelo mundo afora é o interesse e a preocupação em se repensar o sistema econômico a partir de outros paradigmas e de sua relação com a agricultura, buscando outras possibilidades à agricultura industrial. Logo, podemos perceber que não existe um interesse em confinar a CSA a um modelo único a ser replicado, e, sim, possibilitar sua compreensão de forma relocalizada, como experiências que prosperam paralelamente e que se inspiram na parceria solidária entre agricultora(o) e consumidora(o) (LAGANE, 2011).

Enquanto entendia mais sobre o movimento da CSA pelo mundo, fui construindo um mapeamento dos trabalhos científicos dedicados a estudar experiências de CSA, pela base de dados da Biblioteca Central da UnB. Utilizei como palavras-chave “Comunidade que Sustenta a Agricultura”, ou “Community Supported Agriculture”, e encontrei 12.097 resultados entre publicações em revistas acadêmicas, teses e dissertações.

Quando observei mais de perto a produção na base de dados primárias de teses e dissertações norte-americana ProQuest, encontrei 1.624 trabalhos produzidos sobre as CSAs; as outras publicações foram feitas na China, no Japão e na Europa. Ao me debruçar sobre as publicações nacionais disponíveis no banco de teses e dissertações da CAPES, encontrei, até junho de 2020, 12 (doze) trabalhos dedicados a estudar experiências de CSA brasileiras, somando a mais um trabalho divulgado pelo grupo de WhatsApp da rede de CSAs, um total de 13 trabalhos, entre dissertações (10) e teses (3).

Esses resultados me fizeram entender que a produção acadêmica voltada para a CSA era extensa e concentrada em alguns países, e no Brasil era recente e tímida, pela razão do movimento brasileiro ser recente. As produções acadêmicas brasileiras foram publicadas entre 2016 a 2019 e investigaram experiências situadas em: São Paulo (ROTOLO, 2016; ORTEGA, 2018; BENINI, 2018; TORUNSKY, 2019); Minas Gerais (ECKERT, 2016; OLIVEIRA, 2018; AGUIAR, 2018; NEVES, 2017); Rio de Janeiro (MARTINS, 2017; XAVIER, 2019); e apenas uma das pesquisas (PAIVA, 2019) se debruçou sobre experiências de CSA em diferentes estados brasileiros (São Paulo, Amazonas e Rio de Janeiro). Dentre essas autoras(es), apenas duas(dois) se dedicaram a experiências no DF (TORRES, 2017; SANTANA, 2018).

As contribuições vieram destes diferentes campos de conhecimento: Design (TORRES, 2017; NEVES, 2017); Ciências Agrárias (SANTANA, 2018; ROTOLI, 2016; ORTEGA, 2018); Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (BENINI, 2018); Administração (ECKERT, 2016; OLIVEIRA, 2018; AGUIAR, 2018; OLIVEIRA, 2018; PAIVA, 2019); Geografia (MARTINS, 2017); Ecologia Aplicada (TORUNSKY, 2019); e Gastronomia (XAVIER, 2019). Essa diversidade temática me mostrou a permeabilidade de campos desde onde a CSA poderia ser pensada e reflexionada.

Dos estudos com os quais tive contato, apenas o de Paiva (2019) considerou uma perspectiva de análise das relações entre CSAs de diferentes estados brasileiros. A maioria dos trabalhos buscou analisar e refletir relações de dentro de uma mesma comunidade, por exemplo, relação

agricultora(o)-coagricultora(o), apareceram outras categorias, tais como bolsista, voluntário e membros da gestão da CSA. Com essa reflexão, entendi a importância de visibilizar e estudar sobre essas relações entre comunidades que vêm se construindo dentro de movimentos em Rede.

Ao investigar mais detalhadamente os trabalhos citados acima, notei que apenas Benini (2018) e Oliveira (2018) trouxeram breves reflexões sobre a dimensão do potencial educativo das CSAs, apontando-as como potentes espaços de formação que acontecem tanto para as(os) coagricultoras(es) quanto para as(os) agricultoras(es) a partir do compartilhamento mútuo de experiências e aprendizados, porém só sendo possível “quando um grupo de consumidores juntamente com os agricultores estão dispostos a formar a comunidade”. (BENINI, 2018, p. 159, grifo nosso).

Da forma como compreendo, o campo de estudo da educação permeia inevitavelmente todos esses trabalhos, porém se torna uma lacuna quando pensamos na visibilidade dos processos educativos que acontecem dentro da CSA. Com esse olhar, ainda pouco elaborado pelas pesquisas até agora realizadas, pensar a CSA como uma experiência de comunidade de aprendizagem é talvez pensar uma educação na qual o ser humano não esteja desligado do mundo/natureza, tal como sugere Paulo Freire (1987), quando podemos ter de fato a realidade como mediadora da aprendizagem.

A primeira experiência brasileira inspirada na CSA aconteceu em 1997, em Fortaleza- Ceará, em um assentamento de produtores rurais, por meio da ADAO (Associação para o Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica). Essa primeira experiência, denominada como Agricultura Motivada pela Comunidade, teve um forte crescimento em seus primeiros anos, como relata Yamamoto (2006). Em seu primeiro ano, chegou a contar com 120 associados, porém, devido uma crise de excesso de produção, a ADAO passou a se distanciar dos princípios que sustentam as CSAs, tornando-se uma feira orgânica aberta (TORUNSKY, 2019).

Foi somente em 2011 que outra experiência aconteceu no contexto brasileiro, agora no estado de São Paulo, onde surgiu a CSA Demétria. O alemão Hermann Pohlmann foi um dos articuladores da CSA Demétria, e trouxe suas contribuições para a experiência brasileira como artista plástico, bem como as influências do artista alemão Joseph Beuys, que traz o conceito de “escultura social”. Para Pohlmann, a CSA se constitui como um lugar de treinamento, onde o ser humano esculpe a escultura social a partir de uma experiência alternativa e de uma economia associativa (KINCELER, 2013), inspirada também pelo pensamento econômico do filósofo austríaco Rudolf Steiner.

Steiner criou teorias sobre a configuração econômica mundial, no sentido de reorganizá-la a partir de outros paradigmas. Ao observar o caráter orgânico da economia, o filósofo apresenta as associações como espaços comunitários que envolvem produtores, consumidores e comerciantes, configurando-se como economia associativa (FERREIRA NETO; TORUNSKY, 2014).

Em 2011, o conceito de CSA foi apresentado no Fórum Mundial Social, em Porto Alegre, como uma tecnologia social potente para o futuro do Brasil (CSA BRASÍLIA, 2019). Em 2013, com a criação de outras CSAs, iniciou-se uma série de encontros com pessoas interessadas, dos quais nasceu a Associação Comunitária CSA Brasil (TORUNSKY, 2019), com a missão de:

Promover o desenvolvimento da economia associativa por meio da agricultura comunitária entre agricultores e consumidores, em âmbito nacional, para se chegar a uma Escultura Social (Arte Social), com ações de apoio e educativas para que o agricultor deixe de vender seus produtos por

meio de intermediários e conte, para organização e financiamento de sua produção, com a participação dos membros consumidores, colaborando para o desenvolvimento sustentável, comércio justo e fraterno, assegurando a oferta de produtos orgânicos/biodinâmicos, sem prejuízo ao meio ambiente (utilização do solo e recursos naturais), proporcionando, por fim, uma alimentação saudável para todos os envolvidos na comunidade. (CSA BRASIL, 2019)

A Associação passa a realizar oficinas e palestras no sentido de expandir o conceito de CSA país adentro. O primeiro curso de formação para agricultoras(es) e coagricultoras(es) aconteceu em Botucatu, São Paulo, na CSA Demétria. Desde as primeiras experiências desenvolvidas em 2011 no Brasil, a CSA vem se expandindo pelo Brasil, que hoje está em praticamente todos os estados brasileiros.

A CSA chega a Brasília através de um grupo de permacultoras⁸ interessadas em implementar a experiência como forma de escoar os produtos do Sítio da Toca da Coruja. Renata, que é coagricultora, articuladora do movimento em Brasília, explica que os primeiros contatos com experiências de CSA, agricultura urbana e com novos arranjos de distribuição organizada de alimentos, deram-se em 2008 durante sua participação num congresso latino-americano de permacultura ocorrido em Cuba. Ainda na época, “as ideias ficaram gravitando no campo dos sonhos”; e foi somente em 2012 que participou junto à agricultora Andrea de uma experiência piloto no sítio Toca da Coruja, quando

Começamos a pensar em planejamentos de canteiros juntos, pensar no que a gente queria plantar e nessa lógica de atender as famílias e não entregar pra feira. A Andréia, minha sócia, já produzia alimentos para a família, o pai era agricultor e ela toda semana chegava lá em casa com uma cesta de alimentos, então começamos a perceber que tinha uma dinâmica que já era uma CSA acontecendo. E eu comecei a perceber que outras pessoas também gostariam de ter essa experiência. (Renata, prosa durante café, 2019).

No ano de 2014, em um evento sobre tecnologia realizado na UnB, foi apresentada uma palestra com a temática “Exemplos de CSA na Europa: para além da lógica de mercado”, sendo organizada pela ONG Mutirão Agroflorestal. Cathy Boufartique e Phillipp Weckenbrock apresentaram casos de CSA na França e na Alemanha (TORRES, 2017).

Quatro meses após a palestra, Fabiana Peneireiro (produtora e membro da ONG Mutirão Agroflorestal), Andrea Zimmermann (Produtora e residente no Sítio da Toca da Coruja) e Renata Navega (entusiasta que também usufruiu do experimento entre amigos no Sítio) participaram do “I Curso de Formação em CSA: de uma cultura do preço para uma cultura do apreço”, promovido pela CSA Demétria, em São Paulo, com a intenção de trazer o movimento da CSA para Brasília (TORRES, 2017).

A fim de divulgar os aprendizados e a fortalecer a organização de CSAs no DF, Renata, Andrea e Fabiana realizam, em dezembro de 2014, a “Roda de Conversa sobre CSA: Partilha do Curso no CSA Demétria”, no Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB. Em 2015, nasceram as três

⁸ Segundo Bill Morison, um dos criadores do termo “Permacultura” nos anos de 1970 (que é entendido como “Cultura permanente”), este se baseia na “elaboração, implantação e manutenção de ecossistemas produtivos que mantenham a diversidade, a resiliência e a estabilidade dos ecossistemas naturais, promovendo energia, moradia e alimentação humana de forma harmoniosa com o ambiente”.

primeiras comunidades de Brasília: CSA Barbetta, CSA Toca da Coruja e CSA Aldeia do Altiplano (TORRES, 2017).

Com a crescente procura de produtores e consumidores para a formação de CSAs no DF, em 2016 nasce a Rede CSA Brasília, que tem como princípio orientador “Ser o elo de integração e fortalecimento do movimento social de Comunidades que Sustentam a Agricultura no DF, para promover uma cultura solidária, saudável e sustentável de produção e consumo de alimentos”. (CSA BRASÍLIA, 2019).

A Rede CSA Brasília, em parceria com a empresa MATRES Socioambiental, realizou em Brasília, no ano de 2016, o primeiro curso de formação de CSAs. Com o apoio do SEBRAE-DF e do ISPN (Instituto Sociedade, População e Natureza), foi desenvolvido um trabalho de consultoria voltado à formação de CSAs para a sustentabilidade da produção agroecológica da Aprospira (Associação de Produtores Agroecológicos do Alto São Bartolomeu), localizada na Bacia do Pipiripau, em Planaltina-DF (TORRES, 2017).

Hoje, a Rede é formada por mais de 35 CSAs pelo DF e, com esse aumento crescente das comunidades (Figura 7), a Rede CSA Brasília conta com um grupo voluntário de coagricultoras(es) de diferentes CSAs do DF que formam o grupo de gestão da Rede CSA Brasília e nasce como um espaço onde convergem trocas de experiências e discussões de demandas relacionadas à comunicação, ao financeiro, cursos de formação, pesquisas, entre outros temas. Renata exemplifica a Rede nesta metáfora: “como um líquido amniótico que fomenta as experiências que possuem dinâmicas próprias.”–

Figura 01 – Formação temporal das CSAs brasilienses



Fonte: <https://csabrasilia.wordpress.com>.

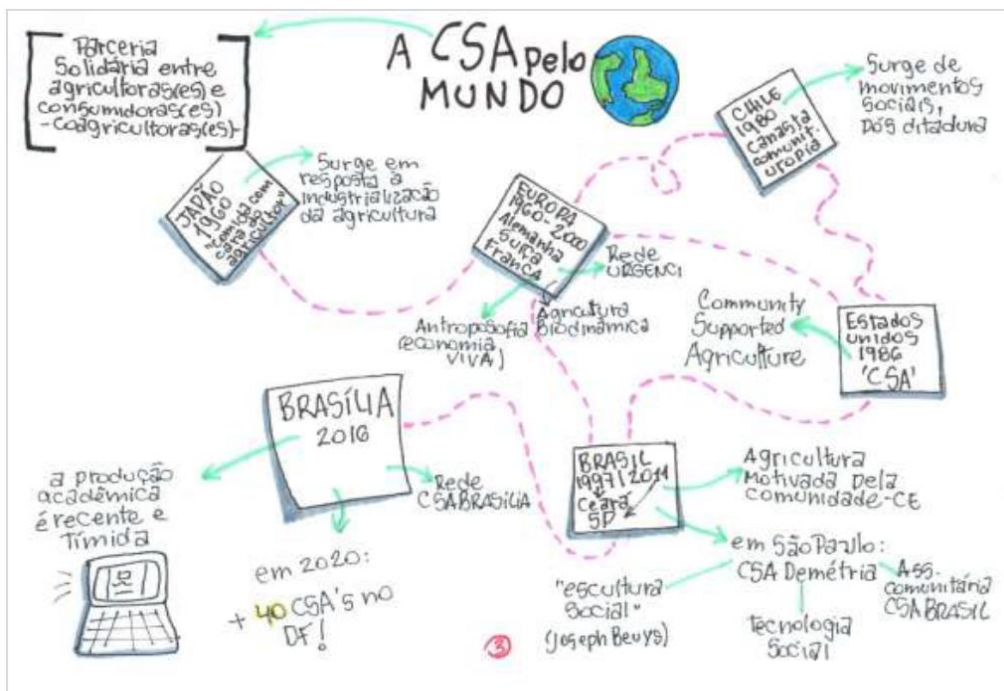
A partir da análise e reflexões sobre as CSAs brasileiras estudadas até o momento, entendo que as CSAs mostram características operacionais parecidas; porém, muito mais que padrões a serem construídos sobre as comunidades, é importante que se ressalte as diversidades encontradas dentro de cada experiência (TORRES, 2017). Os desafios e tensões vividos pelas comunidades possibilitam criar estratégias muito próprias que surgem dentro da comunidade, e no caso de Brasília, acontecem também em rede.

Alguns pesquisadores brasileiros nos ajudam a ampliar um pouco mais nosso entendimento sobre a dinâmica da concepção de CSA: para Torres (2017), CSA é uma tecnologia social; já Santana (2018), a considera como um tipo de ativismo que se inspira no conceito de “economia associativa”; Ortega (2018) a entende como uma ideia de parceria entre membros e agricultoras(es); Eckert (2016) a explica como uma nova forma de lidar com sistemas alimentares, quando o consumidor consciente concorda em compartilhar os riscos e benefícios com os produtores rurais. Para Oliveira (2018), trata-se de um modelo de organização sem fins lucrativos que propõe uma produção voltada para a valorização de pequenos empreendimentos agrícolas e a agricultura familiar. Neves (2017) a considera como um sistema de distribuição de alimentos, em que os consumidores pré-financiam a produção de uma ou mais agricultoras(es) locais; e Rotoli (2016) a considera como um mercado alternativo de incentivo à produção de alimentos locais. A forma de funcionamento dessas experiências se torna aqui indissociável de seu conceito. Para este estudo, a CSA se apresenta como uma comunidade de aprendizagem viva.

Assim, o movimento da CSA representa uma abertura de outros caminhos possíveis. E, justamente por suas características transgressoras e insurgentes, vem se tornando uma temática de grande interesse para a academia. O movimento da CSA, como caminho que vem sendo trilhado, sofre com as alterações do tempo e com as dinâmicas naturais, o que o faz com que não seja o mesmo caminho, como o da primeira vez. Essas transformações possibilitam a contemplação de

novas paisagens, novos ares e sensações, mas também suscitam novos desafios, questionamentos e limitações, o que é característico daquilo que é novo. Portanto, é preciso reinventar-se para seguir caminhando, estranhando o conhecido para contemplar o caminho com novos olhares.

Figura 2: Esquema resumo da CSA pelo mundo



Fonte: Esquema da autora.

Referências bibliográficas

BENINI, Maria Luiza de Andrade. **Transição agroecológica na perspectiva do consumo: um olhar etnográfico para um grupo de CSA (Community Supported Agriculture)**. 2018. 181 f. Dissertação (Mestrado em Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Campinas, Limeira, SP, 2018.

CSA BRASIL. Disponível em: www.csabrasil.org. Acesso em: 20 jun. 2019.

CSA BRASILIA. Disponível em: <https://csabrasilia.wordpress.com>. Acesso em: 20 jun. 2019.

FERREIRA NETO, D. N.; TORUNSKY, F. **Agricultura apoiada pela comunidade e a “economia viva” de Rudolf Steiner**. REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara-SP, v. 8, n. 1, 2014.

HENDERSON, Elizabeth; VAN EN, Robyn. **Sharing the harvest: a citizen’s guide to Community Supported Agriculture**. Chelsea, Vermont: Chelsea Green Publishing, 2007.

KINCELER, José Luís. **Entrevista com Hermann Pohlmann**. Palíndromo, v. 4, n. 8, 2013.

LAGANE, Jean. **Du teikei à l’AMAP, un modèle acculturé. Développement durable et territoires**. Économie, Géographie, Politique, Droit, Sociologie, v. 2, n. 2, 2011.

McFADDEN, Steven. **Community farms in the 21st century: poised for another wave of growth?** Kutztown, PA: Rodale Institute, 2004. Disponível em: <http://newfarm.rodaleinstitute.org/features/0104/csa-history/part1.shtml>. Acesso em: 04 jun. 2019.

NEVES, Thomaz Lanna. **Design para o sistema alimentar: um estudo comparativo de sistemas produto serviço para distribuição e comercialização de alimentos**. 2017. 148 f. Dissertação (Mestrado em Design) – Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5082246. Acesso em: 12 jun. 2019.

ORTEGA, Joana de lima. **Comunidade que sustenta a agricultura (CSA) em São Paulo e agricultura solidária (SoLaWi) na Alemanha: construindo indicadores sociais, econômicos e ambientais**. 2018. 136 f. (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2018

PREISS, Potira Viegas. **As alianças alimentares colaborativas em uma perspectiva internacional: afetos, conhecimento incorporado e ativismo político**. 2017. 239 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: http://www.lareferencia.info/vufind/Record/BR_2e11a816446f00726ee4d2cb9fa92857. Acesso em: 07 jun. 2019.

SCHLICHT, Susanne et al. **Community Supported Agriculture: An overview of characteristics, diffusion and political interaction in France, Germany, Belgium and Switzerland**. ACTeon und Die Agronauten, Freiburg, 2012.

SANTANA, Gustavo Serra. **Impactos ambientais e socioeconômicos do uso da água nas csas do DF**. 2018. 159 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7309353. Acesso em: 12 jun. 2019.

TORUNSKY, Flavia. **Justificativas em torno das Comunidades que Sustentam a Agricultura: um estudo de caso da CSA**. 2019. 137 f. Dissertação – Universidade de São Paulo, São Carlos, São Paulo, 2019. Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-03052019-181241/pt-br.php>. Acesso em: 20 jul. 2019.

TORRES, Camila Lombardi. **Comunidade que sustenta a agricultura: a reaplicação da tecnologia social a partir dos casos pioneiros em Brasília**. 2017. 106 f. Dissertação (Mestrado em Design) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5532563. Acesso em: 12 jun. 2019.

URGENCI. Disponível em: <http://urgenci.net/>. Acesso em: 20 jun. 2019.



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

ISBN 977-244658604-2



9

772446

586042